

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	15
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	16
1.5 Principais clientes	17
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	18
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	19
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	20
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	21
1.10 Informações de sociedade de economia mista	22
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	23
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	24
1.13 Acordos de acionistas	25
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	26
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	27
1.16 Outras informações relevantes	28
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	29
2.2 Resultados operacional e financeiro	39
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	42
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	43
2.5 Medições não contábeis	44
2.6 Eventos subsequentes as DFs	45
2.7 Destinação de resultados	46
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	48
2.10 Planos de negócios	49
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	51
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	52
3.2 Acompanhamento das projeções	53

## Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	54
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	64
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	65
4.4 Processos não sigilosos relevantes	66
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	69
4.6 Processos sigilosos relevantes	70
4.7 Outras contingências relevantes	71
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	72
5.2 Descrição dos controles internos	73
5.3 Programa de integridade	74
5.4 Alterações significativas	77
5.5 Outras informações relevantes	78
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	79
6.3 Distribuição de capital	122
6.4 Participação em sociedades	
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	124
6.6 Outras informações relevantes	125
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	126
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	127
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	128
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	129
7.4 Composição dos comitês	137
7.5 Relações familiares	
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	
7.7 Acordos/seguros de administradores	140
7.8 Outras informações relevantes	141
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	142

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	143
8.3 Remuneração variável	
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	145
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	
8.6 Outorga de opções de compra de ações	147
8.7 Opções em aberto	148
8.8 Opções exercidas e ações entregues	149
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	150
8.10 Outorga de ações	151
8.11 Ações entregues	
8.12 Precificação das ações/opções	153
8.13 Participações detidas por órgão	154
8.14 Planos de previdência	155
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	157
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	158
8.18 Remuneração - Outras funções	159
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	160
8.20 Outras informações relevantes	161
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	162
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	163
9.4 Outras informações relevantes	164
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	165
10.1 Descrição dos recursos humanos	166
10.2 Alterações relevantes	167
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	168
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	169
10.5 Outras informações relevantes	170
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	171

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	172
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	174
11.3 Outras informações relevantes	175
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	176
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	177
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	178
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	179
12.5 Mercados de negociação no Brasil	180
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	181
12.7 Títulos emitidos no exterior	182
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	183
12.9 Outras informações relevantes	184
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	185
13.1 Declaração do diretor presidente	186
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	187

## 1.1 Histórico do emissor

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. foi constituída em 29 de abril de 1998, tendo iniciado suas operações em 18 de junho de 1998. O objetivo da Companhia é executar atividades abrangidas pelo contrato de concessão n. 006/CR/1998, conforme aditado, celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo, referente ao lote 09 do Edital de Convocação de nº 014/CIC/97, qual seja, execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio aos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares (“Contrato de Concessão”). Por meio do referido Contrato de Concessão, foi outorgado à Companhia o direito de explorar, pelo prazo de 277 meses, sendo 240 meses o prazo original, posteriormente ampliado em 37 meses pelo TAM nº 16/2006, os trechos das rodovias mencionadas abaixo, incluindo as respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos (“Sistema Triângulo do Sol”):

### **SP310 - São Carlos/ Mirassol:**

São Carlos – km 227+800 ao 241+800  
Ibaté - km 241+800 ao 254+300  
Araraquara – km 254+300 ao 291+600  
Matão - 291+600 ao 320+400  
Taquaritinga – km 320+400 ao 343+500  
Fernando Prestes – km 343+500 ao 348+300  
Santa Adélia – km 348+300 ao 365+663  
Pindorama – km 365+663 ao 378+279  
Catanduva - km 378+279 ao 390+492  
Catiguá – km 390+492 ao 406+367  
Uchoa – km 406+367 ao 418+127  
Cedral - km 418+127 ao 427+802  
São José do Rio Preto – km 427+802 ao 445+120  
Mirassol – km 445+120 ao 454+300

### **SP-326 - Matão/ Bebedouro:**

Matão – km 293+000 ao 309+350  
Dobrada – km 309+350 ao 314+890  
Santa Ernestina – km 314+890 ao 322+080  
Guariba – km 322+080 ao 327+900  
Taquaritinga – km 327+900 ao 330+500  
Jaboticabal – km 330+500 ao 353+000  
Taiúva – km 353+000 ao 360+600  
Pitangueiras – km 360+600 ao 368+400  
Bebedouro – km 368+400 ao 378+850

### **SP-333 – Sertãozinho/ Borborema:**

Sertãozinho – km 83+020 ao 96+800  
Barrinha – km 96+800 ao 103+400  
Jaboticabal – km 103+400 ao 129+200  
Taquaritinga – km 129+200 ao 165+150  
Itápolis – km 165+150 ao 197+750  
Borborema – km 197+750 ao 212+450

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem

## 1.1 Histórico do emissor

como do prazo de pagamento original. Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 14 de setembro de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021 - o qual consolida e revoga o prazo concedido por meio do TAM nº 23, de 06 de fevereiro de 2019 - foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 188 dias. Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 21 de janeiro de 2022.

Em 21 de janeiro de 2022, por meio do Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 259 dias (a partir de 18 de julho de 2021). Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 03 de abril de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 25, de 01 de abril de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022). Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 291 dias (a partir de 13 de julho de 2022).

Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de abril de 2023.

Em 14 de outubro de 2022 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, a ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que declara a licitante vencedora dessa concorrência pública, para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário lote noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia, cujo leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp, com decisão judicial obstando, de forma liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública (TJ/SP), o ato de homologação da licitação e adjudicação da concorrência do Lote Noroeste.

Em 01 de dezembro de 2022 o Governo do Estado de São Paulo homologou a licitação do lote Noroeste Paulista referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que contempla o sistema rodoviário administrado pela Companhia, em leilão na sede da B3, em São Paulo. Após a homologação, o grupo vencedor foi convocado em 13 de dezembro de 2022, via publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para adotar os procedimentos para a assinatura do contrato de concessão.

Em 12 de abril de 2023 foi assinado o Contrato de Concessão referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022 entre a licitante vencedora e o Estado de São Paulo, por intermédio da SPI - Secretaria de Parcerias em Investimentos (“Poder Concedente”), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial (“Data da Assunção”), do Sistema Rodoviário Lote Noroeste, composto pelos trechos rodoviários atualmente operados pela controlada Triângulo do Sol e outras.

## 1.1 Histórico do emissor

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 326 - Rodovia Brigadeiro Faria Lima

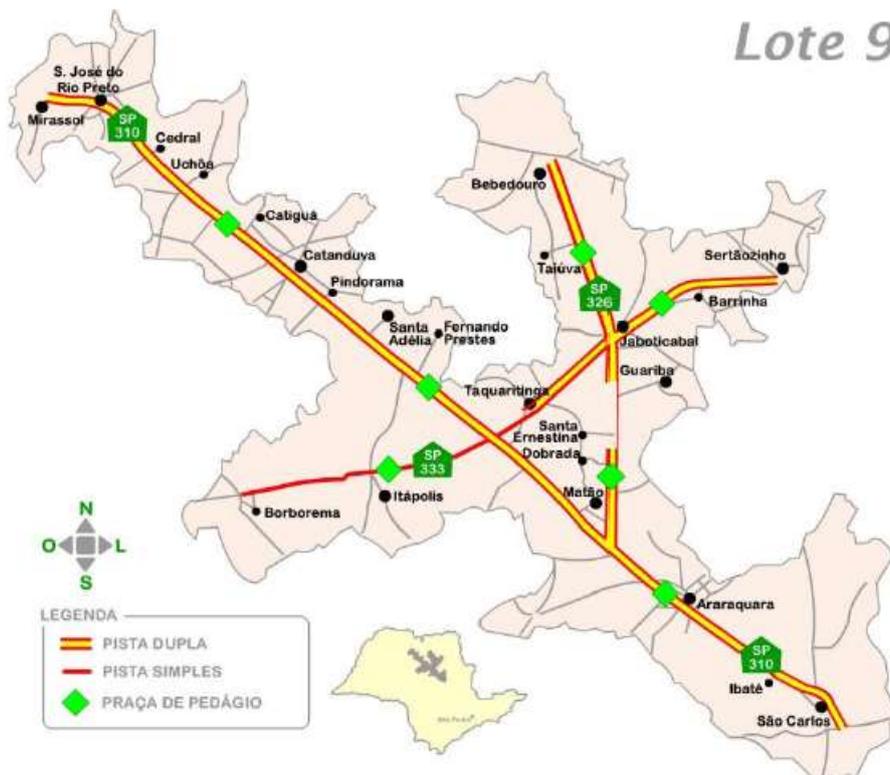
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 293,00 e o km 378,85.

Nesta rodovia será implantada a 2ª pista do km 313,25 ao km 330,50 tendo como parâmetro o nível de Veículo Diário Médio - VDM estipulado no edital de concessão, cujas obras iniciaram-se no final de 2014.

Na SP 333 - Rodovia Carlos Tonani, Nemésio Cadetti e Laurentino Mascari

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 83,02 e o km 123,50 (estendida até o km 142,60, através do Termo Aditivo Modificativo - TAM 01 de 23 de fevereiro de 2001).

A figura abaixo destaca sobre o mapa do Estado de São Paulo os trechos de rodovia administrados pela Companhia:



As atividades da Companhia estão sujeitas à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

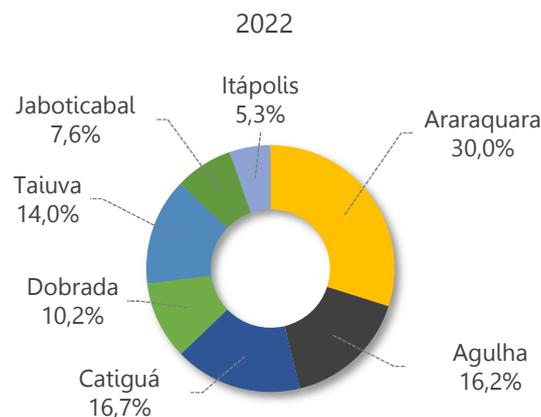
## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Praças de Pedágio Administradas pela Companhia

A Companhia possui 7 praças de pedágio cuja localização e detalhes das tarifas vigentes em dezembro de 2022 são mencionados na tabela abaixo:

Rodovia	Praça de Pedágio	Localização (KM)	Cobrança	Tarifa Passeio (R\$)	Comercial Por Eixo (R\$)
SP-310	Araraquara	282+400	Cobrança Bidirecional	20,70	20,70
SP-310	Agulha	346+404	Cobrança Bidirecional	13,80	13,80
SP-310	Catiguá	398+500	Cobrança Bidirecional	19,50	19,50
SP-326	Dobrada	307+600	Cobrança Bidirecional	10,70	10,70
SP-326	Taiúva	357+000	Cobrança Bidirecional	9,80	9,80
SP-333	Jaboticabal	110+600	Cobrança Bidirecional	16,80	16,80
SP-333	Itápolis	179+700	Cobrança Bidirecional	9,40	9,40

O gráfico a seguir apresenta a distribuição do tráfego nas praças de pedágio sob administração da Companhia ao final de 2022:



As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 22 de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria na revisão contratual em base anual, junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus desta medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos destas medidas está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (i) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado e (ii) implantação da cobrança dos eixos

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada através de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (i) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Sociedade e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, através de publicação no DOE-SP –, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Sociedade desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Os cálculos dos valores atualizados das tarifas básicas de cada praça de pedágio são elaborados pela Companhia em conformidade com a metodologia especificada no contrato de concessão e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação da consistência da atualização. Posteriormente, os cálculos são encaminhados para aprovação pelo Poder Concedente. Em 27 de junho de 2015, através de publicação no DOE-SP - Diário Oficial do Estado de São Paulo, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a concessionária e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº22/2011, o qual estabeleceu que a partir de 1 de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, seria utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGPM e o IPCA, preservado à concessionária, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 26 de junho de 2018, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 2,86%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2018.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, o Conselho Diretor da Artesp reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020. Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,87% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, que passou a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 8,06%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2021.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (“Artesp”), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo.

Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), no âmbito do Processo ARTESP-PRC 2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser adotadas das medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir essa determinação.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição será mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados à Companhia no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação no DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste das tarifas de pedágio em 10,72% baseados na evolução do IGPM entre junho/2021 e maio/2022, a vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022.

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador de tarifa-base a oito categorias de veículos. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo, conforme quadro abaixo:

Categoria	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Rodagem	Multiplicador de Tarifa
1	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	simples	1
2	Caminhão Leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	dupla	2
3	Caminhão Trator, Caminhão Trator com Semi Reboque e ônibus	3	dupla	3
4	Caminhão com reboque, caminhão trator com Semi Reboque	4	dupla	4
5	Caminhão com reboque, caminhão trator com Semi Reboque	5	dupla	5
6	Caminhão com reboque, caminhão trator com Semi Reboque	6	dupla	6
7	Automóvel ou Caminhonete com Semi Reboque	3	simples	1,5
8	Automóvel ou Caminhonete com Reboque	4	simples	2

Os valores de tarifas e receitas acessórias são fixados e reajustados de acordo com fórmula fixada pelo Poder Concedente e dependem de homologação do Poder Concedente.

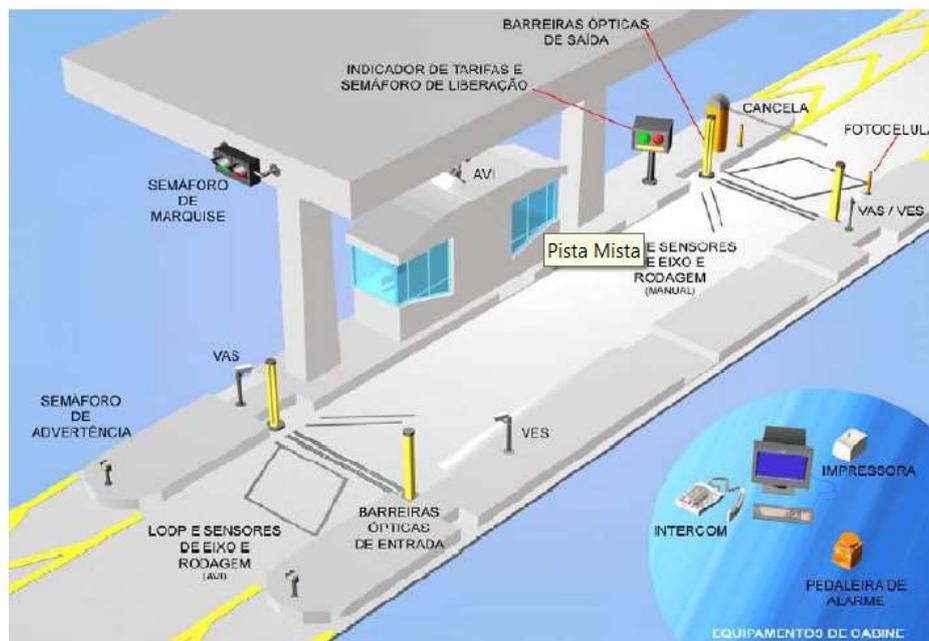
### Histórico do Volume de Tráfego

A Companhia mede o tráfego das suas rodovias com base no número total de eixos equivalentes para cada praça de pedágio. Nos termos do contrato de concessão, a unidade de eixo equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio e é calculada adicionando-se aos veículos leves (passeio), os veículos pesados (comerciais) multiplicados pelos respectivos números de eixos. Um veículo leve equivale a um eixo

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

de veículo pesado. Os veículos são medidos automaticamente por um sensor em cada praça de pedágio que detecta o número de eixos do veículo.

A imagem a seguir demonstra o controle feito nas cabines de pedágio da Companhia:



A tabela abaixo indica o volume do tráfego em milhares de eixos equivalentes<sup>1</sup> da Companhia desde 2012:

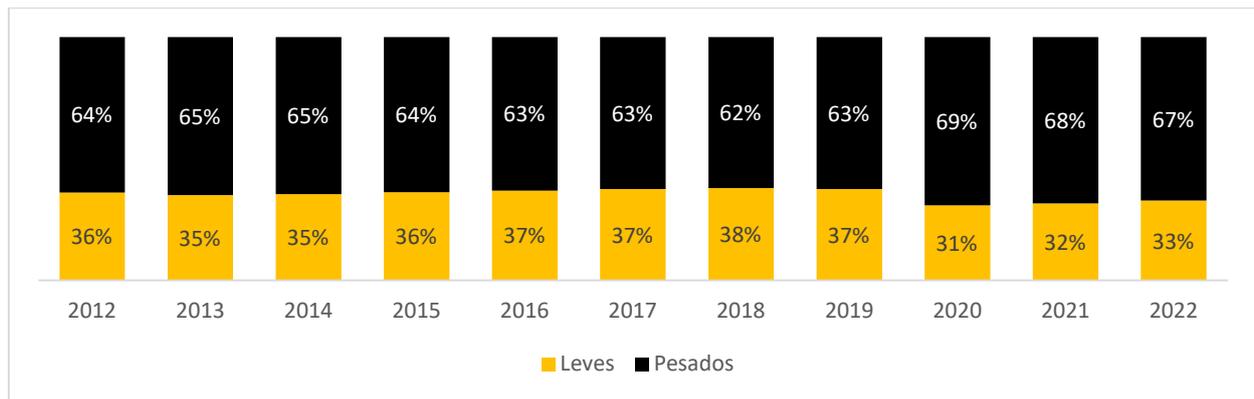
Categoria	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Leves	13.872.742	14.801.480	15.440.968	15.228.418	14.758.248	15.207.437	15.391.522	15.867.787	12.745.810	13.785.669	16.062.130
Pesados	24.614.370	27.557.590	28.241.738	26.933.595	25.285.078	25.425.226	25.226.916	26.543.489	28.696.018	29.843.761	32.944.840
Total	38.487.112	42.359.070	43.682.706	42.162.013	40.043.326	40.632.663	40.618.438	42.411.276	41.441.828	43.629.430	49.006.970

Categoria	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Leves	36%	35%	35%	36%	37%	37%	38%	37%	31%	32%	33%
Pesados	64%	65%	65%	64%	63%	63%	62%	63%	69%	68%	67%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Abaixo a Companhia apresenta a composição do tráfego divididos por veículos comerciais e veículos de passeio em quantidade de eixos equivalentes:

<sup>1</sup> Eixo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus, são convertidos em eixo equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



### Investimentos na Rodovia

#### Vantagens Competitivas da Companhia

A Companhia acredita possuir as seguintes vantagens competitivas:

##### **Experiência dos administradores e acionistas controladores**

A Companhia conta com administradores que possuem larga experiência no setor de infraestrutura brasileira. Todos com capacidade de implementar e executar as estratégias e os planos de negócios, sempre respeitando os termos do Contrato de Concessão.

A AB Concessões (acionista controladora) está sediada em São Paulo – Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pela Mundys (nova razão social da Atlantia), atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

#### Área de influência direta no tráfego da Companhia

O tráfego da Triângulo do Sol tem sua maior concentração na Rodovia SP 310 (Washington Luís) em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 310 é um importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o porto de Santos. A Companhia é diretamente influenciada por quatro regiões administrativas do Estado de São Paulo - Barretos, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Central. A principal característica destas regiões é a produção agroindustrial, com destaque para a produção de cana-de-açúcar e álcool, laranja (in natura e suco), móveis e implementos agrícolas.

#### Acidentes

A Companhia adota uma estratégia para a prevenção de acidentes que prioriza a construção e a aquisição de novos equipamentos de segurança, tais como travessias de pedestres, barreiras de concreto, controle de limites de velocidade, melhor sinalização, alargamento das rodovias, maior disponibilidade de médicos, ambulâncias, telefones de emergência, inspeção de tráfego e remoção de animais das rodovias.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Serviços de Emergência

Nos termos do Contrato de Concessão, a Companhia está obrigada a prestar serviços de emergência a todos os seus usuários. Nesse sentido, a Companhia deve prestar serviços de inspeção de tráfego e serviços de emergência, chamadas e busca por meio do programa de Serviço de Atendimento ao Usuário. Adicionalmente, a Companhia mantém equipes de tráfego que inspecionam o Sistema Rodoviário Triângulo do Sol atentas a quaisquer problemas e emergências que possam surgir, colocando sinalização de emergência e tomando outras medidas adicionais, quando necessário.

A equipe de assistência disponibilizada pela Companhia fornece serviços de emergência para veículos com problemas mecânicos, utilizando guinchos para retirar veículos danificados. A Companhia também disponibiliza unidades de resgate móvel que estão equipadas para a prestação de primeiros socorros e evacuação, em caso de emergências médicas. Além disso, são mantidas equipes de atendimento de acidentes que cuida da erosão de solo, incêndios, tombamento de carga e animais soltos na pista e faixas de domínio.

A Companhia disponibiliza todos os veículos e equipamentos para situações de emergência, inclusive com equipes especializadas em plantão, durante 24 horas por dia. Os serviços de atendimento ao usuário são coordenados por um centro de controle operacional (CCO), que supervisiona e cuida das condições de tráfego e presta serviços aos usuários, sete dias por semana, 24 horas por dia.

### Informações de Tráfego

A Companhia detém vários sistemas de informações de tráfego ao usuário, tais como (i) números de discagem gratuita em todo Sistema Rodoviário Triângulo do Sol (através do 0800 701 1609), (ii) Painéis de Mensagem Variável - PMV ao longo das rodovias que integram o Sistema Rodoviário e (iii) página na *Internet* com o mesmo fim.

### Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total

Atualmente, quase toda a receita da Companhia advém dos serviços de concessões de rodovias, por meio das tarifas cobradas nos pedágios.

### Propriedade Intelectual

#### *Marcas:*

A Companhia não possui marcas nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

#### *Patentes:*

A Companhia não possui patentes nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

#### *Nomes de Domínio:*

A Companhia é titular do nome de domínio “triangulodosol.com.br”, “triangulodosol.net.br”, “trisol.net.br”, “abtriangulo.com.br” e “abtriangulodosol.com.br”, registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br), órgão responsável no Brasil pelo registro de nomes de domínio. Todos os domínios seguem vigentes.

### Aspectos Ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais nos níveis municipal, estadual e federal. Essas normas estabelecem procedimentos e obrigações relativas, por exemplo, à geração de ruído, áreas protegidas, desmatamento e destinação de resíduos sólidos.

No intuito de estabelecer a implantação e a operação das rodovias no Brasil, as concessionárias de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (delineada na Lei Federal nº 6.938/81) a implantação, a operação e a

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ampliação de empreendimentos e/ou atividades que poluam ou que potencialmente possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, causem ou possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

O procedimento administrativo de licenciamento ambiental compreende 3 (três) etapas, seguindo a Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

- (i) Licença Prévia (LP): concedida durante a fase preliminar de planejamento do empreendimento, e estabelece (a) a aprovação para localização e concepção do empreendimento; (b) a viabilidade ambiental do empreendimento; e (c) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subsequentes de implementação do empreendimento;
- (ii) Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades, incluindo as medidas de controle ambiental; e
- (iii) Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento, após (a) o efetivo cumprimento das condições estabelecidas nas licenças descritas acima; e (b) confirmação pelas autoridades de que as medidas de controle ambiental requeridas tenham sido cumpridas.

Adicionalmente, no Estado de São Paulo, a Resolução SMA nº 70/18 da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (SMA) dispõe sobre o licenciamento ambiental de intervenções destinadas à conservação e melhorias de rodovias. A referida norma dispõe que não depende do licenciamento ambiental determinadas intervenções e obras desde que executada somente nos limites da faixa de domínio de rodovias, consistindo, portanto, em exceções pontuais à regra do licenciamento ambiental.

A Companhia tem em trâmite junto ao órgão ambiental competente diversos processos de licenciamento ambiental voltados a emissão de licença ambiental para a operação do sistema rodoviário, e deve cumprir com todas as condicionantes e exigências técnicas das licenças ambientais obtidas, assim como as medidas de monitoramento, compensatórias e/ou mitigadoras que lhes venham a ser impostas pelo órgão licenciador.

### *Responsabilização ambiental:*

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais ou de pagar a indenização correspondente, quando os danos forem irreparáveis, sejam estes causados diretamente pela Companhia ou seus contratados e parceiros, a não obtenção das licenças ambientais necessárias, a inobservância das determinações dos órgãos ambientais ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, poderão resultar na responsabilização administrativa da Companhia. As sanções que podem ser impostas pela prática de eventuais crimes e infrações ambientais incluem, dentre outras:

- (i) a imposição de multas que, no âmbito administrativo, de acordo com a gravidade dos fatos e antecedentes, podem ser agravadas em caso de reincidência;
- (ii) a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento;
- (iii) a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais;
- (iv) a perda da licença ambiental (licença de instalação ou licença de operação); e
- (v) aprisionamento.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Os administradores, sejam eles diretores, gerentes, coordenadores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, se concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

No Brasil, os danos ambientais desencadeiam a responsabilidade civil solidária e objetiva. Isso significa que a obrigação de reparação poderá afetar a todos aqueles que direta ou indiretamente derem causa à violação ou contaminação, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Dessa forma, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas pela Companhia, quanto a contratação de terceiros para proceder a qualquer serviço em empreendimentos da Companhia, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação, a realização de terraplanagens e o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela própria Companhia e pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da Companhia, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Termos de compromisso ou de ajustamento de conduta podem ser celebrados com as autoridades ambientais competentes ou com o Ministério Público caso sejam detectadas desconformidades ambientais durante as instalações ou na operação da Companhia. O descumprimento das obrigações assumidas em termos de compromisso ou de ajustamento de conduta pode resultar na imposição de multas, bem como na execução judicial de tais instrumentos.

### Responsabilidade Social

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa mostra os principais pontos críticos dessas estradas.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com a rotina de longas viagens, a maioria dos caminhoneiros não tem tempo de cuidar da saúde. Por isso, a concessionária realiza o Caminhoneiro na Via, que tem o objetivo de conscientizar os motoristas sobre a importância dos cuidados com a saúde pessoal para evitar acidentes. A campanha é realizada nas áreas de descanso e PGFs (balanças) da concessionária, bases da Polícia Militar Rodoviária e postos de serviços localizados às margens das rodovias. Durante as atividades, os caminhoneiros realizam alguns exames de saúde, como teste de glicemia, aferição da pressão arterial e ganham preservativos e materiais com orientações sobre segurança viária.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Campanha dedicada exclusivamente aos motociclistas, a concessionária realiza o Motociclista na Via a fim de alertar as pessoas para os cuidados necessários com suas motocicletas, por meio de orientações de direção preventiva e verificação gratuita dos itens essenciais de segurança dos veículos. Durante a ação de segurança viária, que é realizada em diversos pontos das rodovias, como praças de pedágio e bases da Polícia Militar Rodoviária, também são oferecidos aos motociclistas exames de saúde gratuitos e materiais educativos para um trânsito mais seguro.



Os pedestres, enquanto trilham seu caminho, muitas vezes não percebem que são uma importante parte do trânsito. Por isso, eles também estão sob os holofotes da AB Triângulo do Sol, por meio da realização do Pedestre na Via, cujo objetivo é prevenir atropelamentos nas rodovias. Durante as atividades, equipes da concessionária distribuem, aos usuários das passarelas do trecho de concessão, lanches e panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos.



Agentes em destaque nas rodovias, os motoristas recebem atenção especial na campanha Usuário na Via, que visa prevenir acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, equipes da concessionária realizam ações em diversos pontos, como praças de pedágio, PGFs (balanças), bases da Polícia Militar Rodoviária e postos de serviços localizados às margens das rodovias, ofertando aos usuários exames de saúde gratuitos e materiais com orientações para um trânsito mais seguro.



Todos sabem que as crianças e os jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Triângulo do Sol desenvolve o Educação na Via, investindo em ações de conscientização do público infanto-juvenil. A ação é realizada em escolas públicas e particulares dos municípios limieiros e tem o objetivo de conscientizar as pessoas para um trânsito melhor e mais seguro e incentivar a preservação ambiental. Durante as atividades, alunos e professores são informados das medidas de proteção no trânsito e dos cuidados com o meio ambiente, por meio de palestras e materiais educativos.



Por meio do Comunidade na Via, a AB Triângulo do Sol abre suas portas para grupos de visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. A campanha consiste ainda em ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos para o trânsito à população dos municípios limieiros. O objetivo da ação é conscientizar as pessoas para um trânsito melhor e mais seguro e incentivar os cuidados com o meio ambiente.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Os ciclistas também são uma importante parte do trânsito e devem ser informados sobre a prevenção de acidentes. Por isso, a AB Triângulo do Sol realiza o Ciclista na Via em pontos de grande circulação de bicicletas, como as passarelas, por meio da distribuição de folheto com dicas de segurança. O projeto tem o objetivo de orientar os ciclistas sobre as melhores práticas de utilização da bicicleta nas rodovias e dentro das cidades.

Desde o início da pandemia da Covid-19, a AB Triângulo do Sol realizou ações com os caminhoneiros que se mantiveram em atividade para abastecimento do país no decorrer de 2020. As ações foram realizadas em diversos pontos da rodovia.

Foram entregues, no período, 24.300 kits de com alimentos e produtos de higiene. As concessionárias ainda realizaram campanhas de saúde junto de alguns parceiros em que 790 motoristas foram vacinados contra a gripe e 272 fizeram teste para covid-19. Outra iniciativa foi a distribuição de 2.510 tags de pagamento automático de tarifa, feita com o objetivo de reduzir o contato humano no momento de passagem pelas praças de pedágios, garantindo a saúde dos caminhoneiros e dos colaboradores da concessionária. Além de ganharem o dispositivo para utilizarem as pistas de passagem automática, os motoristas receberam como benefício a isenção temporária de taxas administrativas do serviço.

Outras ações importantes foram: aferição da temperatura corporal, divulgação dos postos de serviços em funcionamento (pelos sites e 0800) e exibição de mensagens de prevenção ao coronavírus nos painéis eletrônicos.

### **Concorrência**

Há duas formas principais de concorrência: outros modais de transporte e rodovias não pedagiadas. O Sistema Rodoviário Triângulo do Sol não possui um concorrente para o sistema como um todo. Todavia, há trechos de concessão da Companhia que sofrem concorrência com outras rodovias, pedagiadas ou não.

#### *Cenário Atual:*

As rodovias sem pedágio, em alguns casos, representam uma concorrência significativa, embora o Sistema Rodoviário Triângulo do Sol seja uma rota principal com alternativas limitadas em termos de capacidade de tráfego, distância e qualidade.

Outros meios de transporte, especialmente aéreo e ferroviário, também representam concorrência. Entretanto, historicamente, o transporte rodoviário predomina como meio de transporte de passageiros e transporte de cargas.

### **Relacionamento com Fornecedores e Clientes**

A Companhia, para cumprir com suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, contrata fornecedores para a prestação de serviços relacionadas à execução de obras, conservação e operação do Sistema Rodoviário Triângulo do Sol, bem como fornecimento de equipamentos e sistemas necessários.

Por ser uma concessionária de serviços públicos, a Companhia não tem clientes, mas sim usuários. O relacionamento da Companhia com seus Fornecedores e Usuários é norteado pelos princípios de integridade e transparência.

### **Recursos Humanos e Geração de Empregos**

Atendendo sua diretriz de valorizar a mão de obra regional, a Companhia tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades abrangidas pelo Sistema Rodoviário.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atualmente, a Companhia gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 385 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 27 municípios do entorno das rodovias sob sua administração. A Companhia compartilha que a média de Turnover, ou seja, referente a rotatividade 2022 foi 1,60% que está de acordo com os modelos de mercado. Mesmo no período mais crítico da pandemia preservou as vagas de trabalho sem necessidade de diminuir Headcount.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a Companhia investe no desenvolvimento de sua equipe, com programas de incentivo a formação superior e treinamentos diversos.

### **Pessoal**

O vínculo sindical mantido pela Companhia é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e qualquer paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra a Companhia, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2022/2023 foi de 10,80% (índice de acordo com o INPC) para todas as cláusulas econômicas que envolvem salário, vale alimentação/refeição e auxílio creche. O salário normativo da categoria é de R\$ 1.608,00.

A Companhia confere aos seus colaboradores, nos termos de sua política de benefícios, assistência médica, seguro de vida, assistência odontológica, vale refeição/alimentação, transporte fretado, vale transporte convênio farmácia, além de benefícios natalinos, como presentes entregues filhos de colaboradores e cestas de natal. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos de trabalho.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Adicionalmente, os programas da Companhia relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

### **Treinamentos e Desenvolvimento profissional**

A Companhia investe continuamente em seu capital humano, proporcionando desenvolvimento profissional e pessoal. Entre os programas de desenvolvimento humano estão o programa de incentivo à formação que abrange os níveis de graduação, pós-graduação e idiomas, e treinamentos específicos para a função, alcançando todos os níveis hierárquicos da Companhia.

### **1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **1.4 Produção/Comercialização/Mercados**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **1.5 Principais clientes**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

**1.6.** Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos: não aplicável

ii. em favor de partidos políticos: não aplicável

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos: não aplicável

## **1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:	CONSIDERAÇÕES/ OBSERVAÇÕES
a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade	Não aplicável
b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento	Não aplicável
c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso	Não aplicável
d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado	Não aplicável
e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor	Não aplicável
f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor	Não aplicável
g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas	Não aplicável
h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas	Não aplicável
<p>i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:</p> <p>i. a não divulgação de informações ASG</p> <p>ii. a não adoção de matriz de materialidade</p> <p>iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG</p> <p>iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas</p> <p>v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas</p> <p>vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa</p>	<p>Apesar de o emissor não divulgar, a Mundys (nova razão social da Atlantia) acionista da AB Concessões responsável pela concessionária, divulga informações ASG em Relatório Anual do Grupo na Itália. No Brasil, o Grupo AB ainda não divulga individualmente, mas participa do reporte e com os dados Brasil, contribuindo para o Relatório da Matriz (Mundys) - <a href="https://www.mundys.com/en/investors/results/2022">https://www.mundys.com/en/investors/results/2022</a>.</p>

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

Não aplicável à Companhia.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

**1.11.** Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da companhia no exercício de 2022.

## **1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**

**1.12.** Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não aplicável.

## 1.13 Acordos de acionistas

**FR 2022/2023 (ano atual)**

**Seção 1.13 – Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas\*.**

\*Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

Não houve qualquer modificação no acordo de acionistas no exercício social de 2022.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

**1.14.** Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da companhia no exercício de 2022.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

**1.15.** Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Não aplicável.

## **1.16 Outras informações relevantes**

Em 30 de abril de 2023, a concessão terminou e a Companhia retornou ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão ocorreu sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o Poder Concedente.

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais:**  
**2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio, bem como cumprir as suas obrigações até o vencimento da concessão.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, medida principalmente pela relação entre dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta níveis de alavancagem sustentáveis. Abaixo a companhia apresenta seus cálculos de endividamento:

	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido	249.778
Endividamento Total <sup>1</sup>	465.969
Dívida Líquida <sup>2</sup>	-215.531
<hr/>	
<b>Índice de Endividamento <sup>3</sup></b>	<b>1,87</b>
<b>Dívida Líquida / Patrimônio Líquido</b>	<b>-0,86</b>

<sup>1</sup>Endividamento Total = Passivo Circulante + Passivo não Circulante

<sup>2</sup>Dívida Líquida = Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa

<sup>3</sup>Índice de Endividamento = Endividamento Total / Patrimônio Líquido

A Companhia apresenta abaixo seu índice de liquidez corrente, referente a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/12/2022</u>
Ativo Circulante	384.528
Passivo Circulante	318.704
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	<b>1,21</b>

De acordo com o Contrato de Concessão n. 006/CR/98, a Companhia possuía a obrigação contratual para pagamento de direito de outorga, no valor total de R\$ 123.000 mil. O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela no mês de assinatura do contrato de concessão e a última em maio de 2018.

A partir de setembro de 2021 o ônus variável corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão determinado, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%. Até agosto de 2021 a alíquota aplicada foi de 1,5%.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 22.910 mil, referente à parte variável do direito de exploração.

A Diretoria da Companhia entende que, mantidos os fluxos de caixa projetados das operações, a Companhia tem condições de cumprir suas obrigações.

**b) estrutura de capital:**

O capital social da Companhia é de R\$ 71.000 mil (setenta e um milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 610.000 (seiscentos e dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

A Companhia apresenta abaixo a proporção do capital próprio em relação ao ativo total e a proporção do capital de terceiros sobre o ativo total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Exercício encerrado em 2022

(em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio Líquido	249.778
Ativo Total	715.747
<b>Capital próprio sobre Ativo Total</b>	<b>34,9%</b>

	<u>31/12/2022</u>
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	465.969
Ativo Total	715.747
<b>Capital de Terceiros sobre Ativo Total</b>	<b>65,1%</b>

	<u>31/12/2022</u>
Capital Próprio	34,9%
Capital de Terceiros	65,1%
<b>Relação entre Capital Próprio e de Terceiros</b>	<b>100,0%</b>

#### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Diretoria da Companhia acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos até o encerramento do contrato de concessão (previsto para 30 de abril de 2023).

A Companhia não possui endividamento (empréstimos e/ou financiamentos) no exercício encerrado em 31/12/2022.

#### **d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:**

Não aplicável. Para financiar seu capital de giro, a Companhia conta com a própria geração de caixa operacional. A Companhia não possui endividamento (empréstimos e/ou financiamentos) no exercício encerrado em 31/12/2022. Não há investimentos em ativos não circulantes, visto o término do Contrato de Concessão em 30 de abril de 2023.

#### **e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez:**

Não aplicável, pois a Companhia não possui deficiência de liquidez.

## f) níveis de endividamento e características das dívidas:

### 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta informações gerais sobre o endividamento total da Companhia (passivo circulante mais passivo não-circulante) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

#### **Exercício encerrado em 2022**

(em milhares de reais)

	<b>31/12/2022</b>
Passivo Circulante	318.704
Passivo não Circulante	147.265
<b>Endividamento Total</b>	<b>465.969</b>

A Companhia não possui empréstimos e/ou financiamentos no exercício encerrado em 31/12/2022.

#### **g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

A Companhia não possui empréstimos e/ou financiamentos no exercício encerrado em 31/12/2022.

#### **h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:**

A discussão a seguir, sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia, deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes.

As informações financeiras apresentadas abaixo são derivadas de nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e o cronograma esperado de desembolsos, elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas nos próximos tópicos.

**A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao Balanço Patrimonial da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (em milhares de reais).**

<b>ATIVOS</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>CIRCULANTES</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	215.531	50.808
Contas a receber de clientes	46.730	41.268
Tributos e encargos a recuperar	5.272	10.503
Debêntures com partes relacionadas	107.712	174.783
Outros ativos	9.283	7.373
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>384.528</b>	<b>284.735</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>		
Outros ativos	13.929	9.201
Tributos e encargos a recuperar	70.373	70.373
Depósitos e bloqueios judiciais	188.430	127.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.487	58.038
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>331.219</b>	<b>265.170</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>715.747</b>	<b>549.905</b>
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>CIRCULANTES</b>		
Fornecedores	18.744	14.603
Débitos com partes relacionadas	2.351	1.754
Imposto de renda e contribuição social a pagar	44.649	40.851
Obrigações fiscais	10.584	6.936
Credor pela concessão	2.406	1.772
Provisão para manutenção	37.339	10.938
Obrigações sociais e trabalhistas	4.614	4.005
Dividendos a pagar	189.869	1
Outras contas a pagar	8.148	2.908
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>318.704</b>	<b>83.768</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>		
Obrigações fiscais	-	19.669
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	147.265	140.208
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>147.265</b>	<b>159.877</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	71.000	71.000
Reservas de capital	97.835	97.835
Reservas de lucros	80.943	137.425
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>249.778</b>	<b>306.260</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>715.747</b>	<b>549.905</b>

## **Ativos** **2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

### **Ativos Circulantes**

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

A conta de caixa e equivalentes de caixa da Companhia passou de R\$ 50.808 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 215.531 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação resultou principalmente da geração de caixa.

#### **Debêntures com Partes Relacionadas**

As debêntures com partes relacionadas da Companhia passaram de R\$ 174.783 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 107.712 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação é resultado da compensação entre saldo credor (contra sua controladora) e distribuição de dividendos (sem efeito caixa) realizada pela Companhia no exercício de 2022.

### **Ativos Não Circulantes**

#### **Depósitos e bloqueios judiciais**

Os depósitos e bloqueios judiciais passaram de R\$ 127.558 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 188.429 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é decorrente principalmente do processo tributário relacionado ao pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de ágio fiscal.

### **Passivos**

#### **Passivos Circulantes**

#### **Provisão para Manutenção**

A provisão para manutenção passou de R\$ 10.938 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 37.339 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é em razão ao cumprimento das obrigações de recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão.

#### **Passivos Não Circulantes**

#### **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários**

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais).

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	701.559	100,0%	569.220	100,0%	132.339	23,2%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(173.431)	-24,7%	(200.586)	-35,2%	27.155	-13,5%
LUCRO BRUTO	528.128	75,3%	368.634	64,8%	159.494	43,3%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(54.868)	-7,8%	(63.858)	-11,2%	8.990	-14,1%
Provisão para Perda de Crédito Esperada - Contas a Receber	530	0,1%	(1.268)	-0,2%	1.798	-141,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.327	0,6%	2.667	0,5%	1.660	62,2%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	478.117	68,2%	306.175	53,8%	171.942	56,2%
Receitas Financeiras	40.880	5,8%	20.131	3,5%	20.749	103,1%
Despesas Financeiras	(2.175)	-0,3%	(1.031)	-0,2%	(1.144)	111,0%
RESULTADO FINANCEIRO	38.705	5,5%	19.100	3,4%	19.605	102,6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	516.822	73,7%	325.275	57,1%	191.547	58,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(176.280)	-25,1%	(112.743)	-19,8%	(63.537)	56,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	449	0,1%	1.969	0,3%	(1.520)	-77,2%
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>340.991</b>	<b>48,6%</b>	<b>214.501</b>	<b>37,7%</b>	<b>126.490</b>	<b>59,0%</b>

### Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	745.236	97,1%	603.836	97,0%	141.400	23,4%
Receita de serviços de construção (*)	2.552	0,3%	3.827	0,6%	-1.275	-33,3%
Outras receitas	19.372	2,5%	14.850	2,4%	4.522	30,5%
Receita bruta	767.160	100,0%	622.513	100,0%	144.647	23,2%
Impostos sobre as receitas:						
ISSQN	-37.728	-4,9%	-30.697	-4,9%	-7.031	22,9%
PIS	-4.964	-0,6%	-4.024	-0,6%	-940	23,4%
COFINS	-22.909	-3,0%	-18.572	-3,0%	-4.337	23,4%
Receita líquida	701.559	91,4%	569.220	91,4%	132.339	23,2%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	699.007	91,1%	565.393	90,8%	133.614	23,6%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 565.393 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 699.007 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação resultou principalmente pelo tráfego de 49.007 mil de eixos equivalente no ano de 2022, volume 12,3% acima do tráfego registrado no ano de 2021 (43.629 mil de eixos equivalentes). Em 2022, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia aumentou 23,4% em relação ao ano de 2021, resultando em R\$ 745.236 mil.

## Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

### 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 200.586 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 173.431 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 63.858 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 57.868 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - cons., manut. e oper. das rodovias	(69.234)	31,0%	(49.090)	18,7%	(20.144)	41,0%
Amortização de intangível	(95)	0,0%	(64.967)	24,7%	64.872	-99,9%
Custos com a exploração da concessão (custo variável outorga)	(22.910)	10,3%	(13.899)	5,3%	(9.011)	64,8%
Gastos com prestadores de serviços	(45.936)	20,6%	(41.921)	15,9%	(4.015)	9,6%
Gastos com funcionários	(28.688)	12,8%	(24.200)	9,2%	(4.488)	18,5%
Gastos com materiais e equipamentos	(21.876)	9,8%	(14.314)	5,4%	(7.562)	52,8%
Custos com construção	(2.552)	1,1%	(3.827)	1,5%	1.275	-33,3%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(35.931)	16,1%	(49.013)	18,6%	13.082	-26,7%
Reembolso de Seguros	5.054	-2,3%	2.909	-1,1%	2.145	73,7%
Provisão para perdas de crédito esperada	530	-0,2%	(1.268)	0,5%	1.798	-141,8%
Outras receitas	4.328	-1,9%	2.667	-1,0%	1.661	62,3%
Outras despesas	(6.131)	2,7%	(6.122)	2,3%	(9)	0,1%
	<u>(223.441)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(263.045)</u>	<u>100,0%</u>	<u>39.604</u>	<u>-15,1%</u>
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(173.431)	77,6%	(200.586)	76,3%	27.155	-13,5%
Gerais e administrativas	(54.868)	24,6%	(63.858)	24,3%	8.990	-14,1%
Provisão para perdas de crédito esperada	530	-0,2%	(1.268)	0,5%	1.798	-141,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.328	-1,9%	2.667	-1,0%	1.661	62,3%
Total	<u>(223.441)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(263.045)</u>	<u>100,0%</u>	<u>39.604</u>	<u>-15,1%</u>

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

	2022	AV%	2021	AV%	Var %
Custos Inerentes à Operação					
Funcionários	(28.688)	18,9%	(24.200)	11,5%	18,5%
Materiais e equipamentos	(21.876)	14,4%	(14.314)	6,8%	52,8%
Ônus variável da concessão	(22.910)	15,1%	(13.899)	6,6%	64,8%
Prestadores de serviços	(45.936)	30,3%	(41.921)	20,0%	9,6%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(35.931)	23,7%	(49.013)	23,3%	-26,7%
Reembolso de Seguros	5.054	-3,3%	2.909	-1,4%	73,7%
Provisão para perdas de crédito esperada	530	-0,3%	(1.268)	0,6%	-141,8%
Outras despesas	(6.131)	4,0%	(6.122)	2,9%	0,1%
Outras receitas	4.328	-2,9%	2.667	-1,3%	62,3%
Sub Total	<u>(151.560)</u>	<u>99,9%</u>	<u>(145.161)</u>	<u>69,1%</u>	<u>4,4%</u>
Depreciação e amortização	(95)	0,1%	(64.967)	30,9%	-99,9%
Sub Total	<u>(151.655)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(210.128)</u>	<u>100,0%</u>	<u>-27,8%</u>
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção					
Conserva especial	(69.234)	96,4%	(49.090)	92,8%	41,0%
Constituição da provisão para manutenção	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas com construção	(2.552)	3,6%	(3.827)	7,2%	-33,3%
Sub Total	<u>(71.786)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(52.917)</u>	<u>100,0%</u>	<u>35,7%</u>
Total Custos e Despesas Operacionais	<u>(223.441)</u>		<u>(263.045)</u>		<u>-15,1%</u>

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Funcionários: reajuste de salários, benefícios (vale alimentação e vale refeição) e encargos sociais.
- Materiais e equipamentos: reajustes nos insumos para manutenção e conservação da malha rodoviária, aquisição de materiais para sinalização para todas as bases operacionais, manutenção de veículos e aumento do preço de combustíveis e lubrificantes.

Ônus variável da concessão: aumento da arrecadação e aumento do percentual do ônus variável que era 1,5% até agosto de 2021 e passou para 3% sobre as receitas de pedágios e acessórias.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

- Conserva especial: as chuvas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2022 demandaram a correção de evolução de patologias no pavimento além do aumento de preço de material asfáltico.

### EBITDA Ajustado

	2022	2021	V.H.
Receita Líquida	701.559	569.220	23,2%
Receita de construção	-2.552	-3.827	-33,3%
Receita Líquida (ex. receita de construção)	699.007	565.393	23,6%
Custos operacionais	-223.441	-263.045	-15,1%
Custos de construção	2.552	3.827	-33,3%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	-220.889	-259.218	-14,8%
EBIT	478.118	306.175	56,2%
Depreciação e amortização	95	64.967	-99,9%
EBITDA	478.213	371.142	28,8%
Provisão manutenção	15.346	0	100,0%
EBITDA Ajustado	493.559	371.142	33,0%
Margem EBITDA Ajustada	70,6%	65,6%	7,6%

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 493.559 mil em 2022 (+33,0%).

### Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 306.175 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 478.117 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2022.

### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia em 2022 foi de R\$ 38.705 mil.

### Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 325.275 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 516.822 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (+58,9%).

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Contribuição Social e o Imposto de Renda passaram de R\$ 110.774 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 175.831 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (+58,7%).

### Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 214.501 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 340.991 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (+59,0%).

**A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais).**

	2022	AV%	2021	AV%	Var R\$	Var %
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Lucro líquido do exercício	340.991	73,1%	214.501	52,8%	126.490	59,0%
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(449)	-0,1%	(1.969)	-0,5%	1.520	-77,2%
Amortização do intangível	95	0,0%	64.967	16,0%	(64.872)	-99,9%
Baixa do intangível	-	0,0%	67	0,0%	(067)	-100,0%
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	-	0,0%	274	0,1%	(274)	-100,0%
Juros sobre debêntures ativas com partes relacionadas	(19.779)	-4,2%	(16.275)	-4,0%	(3.504)	21,5%
Provisão para manutenção	41.747	9,0%	10.938	2,7%	30.809	281,7%
Provisão para perda de créditos esperada	(530)	-0,1%	1.268	0,3%	(1.798)	-141,8%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	35.931	7,7%	49.013	12,1%	(13.082)	-26,7%
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	(4.932)	-1,1%	(8.871)	-2,2%	3.939	-44,4%
Partes relacionadas	8.825	1,9%	30.079	7,4%	(21.254)	-70,7%
Outros ativos e impostos a recuperar	(1.407)	-0,3%	(79.082)	-19,5%	77.675	-98,2%
Depósitos e bloqueios judiciais	(60.872)	-13,1%	6.715	1,7%	(67.587)	-1006,5%
Fornecedores e partes relacionadas	4.141	0,9%	1.144	0,3%	2.997	262,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	609	0,1%	269	0,1%	340	126,4%
Obrigações fiscais	160.259	34,4%	150.432	37,0%	9.827	6,5%
Provisão para manutenção - utilização	(15.346)	-3,3%	-	0,0%	(15.346)	100,0%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - pagamento	(28.874)	-6,2%	(17.609)	-4,3%	(11.265)	64,0%
Apropriação da outorga variável	634	0,1%	992	0,2%	(358)	-36,1%
Outras contas a pagar	5.240	1,1%	(378)	-0,1%	5.618	-1486,2%
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>466.283</b>	<b>100,0%</b>	<b>406.475</b>	<b>100,0%</b>	<b>59.808</b>	<b>14,7%</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(172.482)		(133.879)			
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>293.801</b>	<b>63,0%</b>	<b>272.596</b>	<b>67,1%</b>	<b>21.205</b>	<b>7,8%</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>						
Aquisição de intangível	(95)	0,0%	(9.924)	-2,4%	9.829	-99,0%
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(95)</b>	<b>0,0%</b>	<b>(9.924)</b>	<b>-2,4%</b>	<b>9.829</b>	<b>-99,0%</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>						
Distribuição de dividendos	(128.983)	-27,7%	(222.390)	-54,7%	93.407	-42,0%
Debêntures:						
Pagamento de principal	-	0,0%	(48.774)	-12,0%	48.774	-100,0%
Pagamento de juros	-	0,0%	(280)	-0,1%	280	-100,0%
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(128.983)</b>	<b>-27,7%</b>	<b>(271.444)</b>	<b>-66,8%</b>	<b>142.461</b>	<b>-52,5%</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>164.723</b>	<b>35,3%</b>	<b>(8.772)</b>	<b>-2,2%</b>	<b>173.495</b>	<b>-1977,8%</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>50.808</b>	<b>10,9%</b>	<b>59.580</b>	<b>14,7%</b>	<b>(8.772)</b>	<b>-14,7%</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>215.531</b>	<b>46,2%</b>	<b>50.808</b>	<b>12,5%</b>	<b>164.723</b>	<b>324,2%</b>

As principais variações dos fluxos de caixa da Companhia foram:

## **2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

### **Variações nos ativos e passivos operacionais**

#### **Depósitos e Bloqueios Judiciais**

Depósito judicial do benefício fiscal sobre o ágio amortizado pela Companhia entre 2018 e 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, com o conseqüente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal benefício fiscal sobre o ágio.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### a) resultados das operações da Companhia

#### *(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

##### **Reajustes das tarifas de pedágio**

As tarifas de pedágio cobradas dos usuários das rodovias são predefinidas no contrato de concessão, com previsão de reajuste anual (data base de 1º de julho), pelo IPCA<sup>1</sup> ou IGP-M acumulado de 12 meses. Os cálculos dos valores atualizados das tarifas básicas de cada praça de pedágio são elaborados pela Companhia em conformidade com a metodologia especificada no contrato de concessão e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação da consistência da atualização. Posteriormente, os cálculos são encaminhados para aprovação pelo Poder Concedente.

Em julho de 2013, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I, de 27/06/2013 às páginas 57-58, o reajuste das tarifas, previsto para 01 de julho de 2013, não foi repassado aos usuários, sendo o ônus desta medida assumido pelo Estado.

Como compensação dos impactos destas medidas foram implementados os seguintes procedimentos de compensação:

- Redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável)
- Implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões.

Em 28 de junho de 2014, através de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,51%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Sociedade desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, o que evidencia a unilateralidade da medida, e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP, para assegurar seus direitos contratuais.

Em 27 de junho de 2015, através de publicação no DOE-SP - Diário Oficial do Estado de São Paulo, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a concessionária e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº25/2011, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGPM e o IPCA, preservado à concessionária, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT nº 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 26 de junho de 2018, por meio de publicação do DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 2,86%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2018.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, considerando o Decreto 64.879, de 20/03/2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, foi autorizado,

---

<sup>1</sup> Antes da celebração do Termo Aditivo Modificativo nº 25, celebrado em 1º de dezembro de 2011, o IGP-M era o índice adotado para o cálculo de reajuste das tarifas de pedágio.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, o reajuste tarifário anual, com postergação do início de sua efetivação para outubro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 8,06%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2021.

Em 30 de junho de 2022 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE-SP que o reajuste das tarifas de pedágio, previsto no contrato de concessão para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, não seria aplicado.

Em 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo Aditivo Modificado Coletivo nº 02/2022 (“TAM Coletivo”) com o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes, e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP. O TAM Coletivo teve como objeto a promoção do reequilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão das Concessionárias em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas. A recomposição do equilíbrio ocorrerá por meio de pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022 referentes aos períodos em que receita foi menor do que a prevista em função do não reajuste tarifário.

Em 14 de dezembro de 2022 foi autorizado pelo Conselho Diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo, o reajuste tarifário da Concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. No dia 16 de dezembro de 2022, entrou em vigor o reajuste da tarifa no percentual de 10,723387% baseado na evolução do IGPM, entre junho/2021 e maio/2022.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica “Credor pela concessão” e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica “Direito de exploração”, classificada no ativo intangível. A última parcela foi paga em maio de 2018;
- Valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 22.910 mil (R\$ 12.907 mil em 31 de dezembro de 2021), referente à parte variável do direito de exploração.

### ***(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais***

Em 14 de outubro de 2022 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, a ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que declara a licitante vencedora dessa concorrência pública, para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário lote noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia, cujo leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp, com decisão judicial obstando, de forma liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública (TJ/SP), o ato de homologação da licitação e adjudicação da concorrência do Lote Noroeste.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 01 de dezembro de 2022 o Governo do Estado de São Paulo homologou a licitação do lote Noroeste Paulista referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que contempla o sistema rodoviário administrado pela Companhia, em leilão na sede da B3, em São Paulo. Após a homologação, o grupo vencedor foi convocado em 13 de dezembro de 2022, via publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para adotar os procedimentos para a assinatura do contrato de concessão.

Em 12 de abril de 2023 foi assinado o Contrato de Concessão referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022 entre a licitante vencedora e o Estado de São Paulo, por intermédio da SPI - Secretaria de Parcerias em Investimentos ("Poder Concedente"), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial ("Data da Assunção"), do Sistema Rodoviário Lote Noroeste, composto pelos trechos rodoviários atualmente operados pela controlada Triângulo do Sol e outras.

### **b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Não aplicável

### **c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A inflação promoveu impactos na receita, conforme detalhamento no item (i) acima sobre a receita. Ao mesmo tempo, afetou a folha de pagamento (reajustes salariais, benefícios e encargos) e nos insumos para manutenção e conservação da malha rodoviária, conforme descrição das variações no item 2.1 do Formulário de Referência comparando o exercício de 2022 com 2021.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela CVM.

Não houve mudanças significativas no ano de 2022.

### b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Conforme o parecer do auditor independente, segue texto de ênfase:

“Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão, detido pela Companhia, foi estendido para 30 de abril de 2023 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 26. Em 14 de outubro de 2022, foi declarada a licitante vencedora da concorrência pública para exploração do sistema rodoviário Lote Noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia. Contudo, conforme descrito na referida nota, a Companhia possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente. Caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Em 12 de abril de 2023 foi assinado o Contrato de Concessão referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022 entre a licitante vencedora e o Estado de São Paulo, por intermédio da SPI - Secretaria de Parcerias em Investimentos (“Poder Concedente”), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial (“Data da Assunção”), do Sistema Rodoviário Lote Noroeste, composto pelos trechos rodoviários atualmente operados pela controlada Triângulo do Sol e outras.

## **2.4 Efeitos relevantes nas DFs**

**2.4.** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional: Não aplicável
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária: Não aplicável
- c. eventos ou operações não usuais: Não aplicável

## **2.5 Medições não contábeis**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **2.6 Eventos subsequentes as DFs**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**2.7 Destinação de resultados**

2022

<p><b>a) Regras sobre a retenção de lucros</b></p>	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e pagar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observando o disposto o art. 204 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Os dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio deverão ser sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.</p>
<p><b>b) Regras sobre a distribuição de dividendos</b></p>	<p>Ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro líquido do exercício uma vez realizadas as deduções legais pertinentes. Os membros da Diretoria submeterão à apreciação do Conselho da Administração juntamente com as demonstrações financeiras, a proposta para a alocação do lucro líquido do exercício de acordo com os termos deste Estatuto, sendo certo que, do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatórios aos acionistas.</p>
<p><b>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b></p>	<p>A qualquer momento, o Conselho de Administração poderá declarar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral levantado.</p>
<p><b>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>Nos termos do Edital n.º 014/CIC/97, a Companhia somente poderá distribuir dividendos aos seus acionistas ou realizar o pagamento de participação nos resultados aos seus administradores no exercício seguinte aos da entrada em operação total das Ampliações principais, segundo a definição constante do referido Edital n.º 014/CIC/97. A livre distribuição dos lucros na forma de dividendos aos acionistas, poderão ser totalmente realizados, depois de cumprida as obrigações estatutárias. A Companhia fica impedida de contrair empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedem o termo final do contrato de concessão.</p>
<p><b>e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b></p>	<p>Não aplicável.</p>

## **2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há qualquer transação para o financiamento de suas operações que não se encontre contabilizada nas demonstrações financeiras relativa de 31 de dezembro de 2022.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a)** como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

**b)** natureza e o propósito da operação

**c)** natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente prevê todos os investimentos e manutenções a serem realizados ao longo do período de Concessão das rodovias, estando previsto o encerramento do Contrato em 30 de abril de 2023.

A Concessionária Triangulo do Sol concluiu em 2018 o último ciclo de Intervenção em pavimento, tendo concluído assim os investimentos contratuais classificados como Ampliações Principais, Demais Ampliações e Conserva Especial - Pavimento.

Para o biênio 2022/2023, de forma geral, a Companhia prevê gastos associados a manutenção do sistema rodoviário, principalmente para a manutenção do pavimento em conformidade com os parâmetros do Contrato de Concessão e a realização das manutenções finais de Obras de Arte Especiais (viadutos e pontes).

A tabela abaixo mostra os investimentos realizados no ano de 2022 e os investimentos previstos para o ano de 2023:

<b>Período</b>	<b>2022 (R\$ mil)</b>	<b>2023 (R\$ mil)</b>
Obras, Melhorias e Conserva Especial	39.808	87.972
Equipamentos e Outros	4.255	4.862
<b>Total</b>	<b>44.063</b>	<b>92.833</b>

A Concessionária Rodovia das Triângulo do Sol realizou no ano de 2022 os investimentos:

1. Ampliações Principais e Demais Ampliações  
Elaboração de projetos As-Built;  
Adequação de rampas de passarelas.
2. Desapropriações: Regularização das transferências de áreas desapropriadas ao DER SP.
3. Conservação Especial – Pavimento  
  
SP 310 – Correção de Parâmetros de Pavimento para atendimento ao Contrato;  
SP 326 – Correção de Parâmetros de Pavimento para atendimento ao Contrato;  
SP 333 - Correção de Parâmetros de Pavimento para atendimento ao Contrato.

Estão previstos para o ano de 2023 os seguintes investimentos:

1. Ampliações Principais e Demais ampliações  
Obras de adequação de rampas de Passarelas.
2. Desapropriações: regularização de processos de desapropriação
3. Conservação Especial – Pavimento  
  
SP 310 – Correção de Parâmetros de Pavimento para atendimento ao Contrato;  
SP 326 – Correção de Parâmetros de Pavimento para atendimento ao Contrato;  
SP 333 - Correção de Parâmetros de Pavimento para atendimento ao Contrato.

## 2.10 Planos de negócios

### 4. Conservação Especial – Não Pavimento

Troca de aparelhos de apoio das Obras de Arte Especiais (viadutos);  
Adequação de gabaritos verticais de OAEs;  
Recuperação de OAEs.

#### ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para fazer frente às necessidades financeiras de investimentos, a Companhia utilizará sua geração de caixa operacional.

#### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

#### b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

#### c) novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

#### d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Vide item 1.9 (i) do Formulário de Referência.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

A Companhia não divulga projeções.

### **3.2 Acompanhamento das projeções**

A Companhia não divulga projeções.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:**

**a) Com relação à Companhia:**

### ***Término Antecipado da Concessão***

Caso venha a ser constatado descumprimento das obrigações assumidas sob o Contrato de Concessão nº 014/CIC/98, celebrado em 18 de maio de 1998 (“Contrato de Concessão”), a Companhia estará sujeita à caducidade da concessão. A caducidade será declarada após o devido processo administrativo e não implicará no pagamento de prévia indenização. A indenização devida à Companhia corresponderá às parcelas dos investimentos vinculados aos bens que reverterão ao Poder Concedente, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, daí deduzidos os valores de eventuais multas contratuais e danos causados pela Companhia. Por fim, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Companhia. O valor da indenização poderá ser inferior aos passivos da Companhia, resultando em efeito adverso e relevante para sua condição financeira.

Além da caducidade da concessão, o Contrato de Concessão poderá ser rescindido antecipadamente na hipótese de encampação, equivalente à retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, e após prévio pagamento de indenização à Companhia. O valor da indenização corresponderá ao saldo não depreciado ou amortizado dos bens que reverterão ao Poder Concedente. O valor da indenização poderá ser inferior aos passivos da Companhia, resultando em efeito adverso e relevante para sua condição financeira.

***A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.***

Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Contrato de Concessão, a concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que o direito de usos dos ativos da concessão será revertido em favor do Poder Concedente. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia de obrigações previstas no Contrato de Concessão, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, esse processo de indenização pode demandar tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido e/ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo de vigência da Concessão.

***A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.***

A qualidade dos serviços prestados pela administração da Companhia tem influência direta e relevante na condução dos negócios da Companhia e em seus resultados, do modelo de negócios e estratégia de investimentos adotado pela Companhia. Os membros da administração não estão vinculados à Companhia por contratos de trabalho de longo prazo e não estão impedidos de concorrer com a Companhia.

Não é possível garantir que a Companhia logrará manter os atuais membros de sua administração e/ou contratar novos profissionais qualificados para integrar a sua administração e dar continuidade no seu crescimento. Tanto a perda dos membros da administração da Companhia, quanto a impossibilidade de atrair

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

profissionais qualificados pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

***O aumento inesperado dos custos de construção e manutenção pode afetar negativamente a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.***

Fatores alheios ao controle da Companhia, tais como flutuações no custo de mão de obra e matéria-prima, inclusive eventual aumento nos preços dos materiais de construção civil, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis e negociações com o Poder Concedente podem afetar a capacidade da Companhia de (i) concluir adequadamente as obras em andamento e as futuras obras e projetos exigidos pelo contrato de concessão; (ii) contratar a custos adequados para a manutenção e conservação das rodovias; e (iii) desenvolver e implementar os projetos acessórios exigidos pelo contrato de concessão. Caso esses fatores causem o aumento significativo dos custos de construção sem que a Companhia possa repassar tais custos a terceiros, o fluxo de caixa, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados.

***Nossas rodovias estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.***

As rodovias da Companhia passam por algumas áreas que estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. Em caso de deslizamentos, desmoronamentos, quedas de barreiras e danos extraordinários nas nossas rodovias, poderá ocorrer a interdição da pista, resultando, conseqüentemente em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

***A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas.***

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, bem como é parte e em processos administrativos de outras naturezas, decorrentes do curso regular de seus negócios. Os processos estão provisionados em função da probabilidade de perda de causa, após análise dos relatórios dos advogados externos contratados pela Companhia. Existem casos cujo valor, em razão do seu estágio, não pode ser mensurado. Não há garantia de que a Companhia venha a obter resultados favoráveis em seus questionamentos ou que eventuais processos administrativos ou judiciais propostos contra a Companhia venham ser julgados improcedentes. Caso o valor total das provisões feitas pela Companhia com relação a estas contingências não seja suficiente para fazer frente às contingências que se tornem exigíveis, a Companhia incorrerá em custos maiores do que o previsto, os quais poderão afetar negativamente os seus resultados e sua condição financeira.

A Companhia possui contingências trabalhistas avaliadas como de perda provável, conforme andamento dos processos administrados pelos seus assessores legais, decorrentes substancialmente de casos semelhantes, em que os autores incluem a Companhia como corresponsável, cabendo direito de regresso para a Companhia na maioria de tais casos.

Para mais informações sobre os processos em que a Companhia é parte, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

***A maior parte dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Assim, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.***

A maior parte dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis em caso de falência, poderão ficar indisponíveis em caso de recuperação judicial ou extrajudicial

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

e não estão sujeitos à penhora para garantir a execução de decisões judiciais, de acordo com a legislação aplicável. Em decorrência dessas restrições, os valores destinados ao pagamento de credores da Companhia nos casos acima podem ser reduzidos significativamente. Essa condição poderá, ainda, ter um efeito negativo na capacidade de a Companhia obter financiamentos.

***Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.***

A Companhia está sujeita a diversos riscos, relacionados a acidentes geológicos, disputas trabalhistas, danos ao meio ambiente, fenômenos da natureza, avaria de máquinas e veículos próprios, perda de receitas, danos materiais e/ou físicos à terceiros entre outros. As coberturas contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes para reforma ou reconstrução de trechos da rodovia, e/ou reposição de instalações e equipamentos, danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

***A Companhia, conforme decisão judicial dos Ministros da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, não pode ser impedida de terceirizar serviços***

A Companhia foi parte da ação Civil Pública nº 01347200307015000, perante a 2ª Vara do Trabalho de Catanduva no exercício de 2020, cujo objeto foi: (i) a condenação da Companhia na obrigação de não contratar trabalhadores por empresa interposta; (ii) a rescisão dos contratos em vigor; (iii) a condenação da ré em indenização pelos danos causados no valor de R\$250 mil e (iv) a aplicação da multa diária no valor de R\$5 mil pelo descumprimento da obrigação de não fazer.

A ação havia sido julgada parcialmente procedente, condenando a Companhia a se abster de utilizar mão de obra fornecida por outras empresas, sob pena de arcar com multa diária de R\$1 mil. O processo foi suspenso no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho por conta da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Reclamação 11.904 (1020) proposta pela Companhia.

No exercício de 2021, os Ministros da Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho, acordaram por unanimidade: (i) dar provimento ao agravo de instrumento para mandar processar o recurso de revista; (ii) conhecer do recurso de revista, quanto ao tema “TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE”, por violação do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/95, e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a licitude da terceirização de serviços, excluir a multa aplicada e, assim, julgar improcedentes os pedidos contidos nos parágrafos acima. Conforme decisão do Ministério Público do Trabalho, a Companhia fica isenta do recolhimento da multa diária no valor de R\$ 5.000,00, calculadas sobre o valor da causa, na forma do artigo 790-A, II, da CLT.

***A Companhia é parte em processos judiciais que discutem a validade do Termo Aditivo Modificativo que reequilibrou o Contrato de Concessão no ano de 2006. Eventual resultado desfavorável nessas ações poderá ensejar na celebração de novo Termo Aditivo Modificativo reequilibrando o contrato.***

Ação Declaratória movida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) e pelo Estado de São Paulo que discute a possibilidade de invalidação do Termo Aditivo e Modificativo nº 16 ao Contrato de Concessão, celebrado entre a Companhia e a ARTESP em 21/12/2006 (“TAM 16”), cujo objeto é prorrogação do prazo da concessão em 37 (trinta e sete) meses, passando de 240 (duzentos e quarenta) meses para 277 (duzentos e setenta e sete) meses. O processo tramita sob o número 1042071-50.2014.8.26.0053, em segredo de justiça na 4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, e possui classificação de perda possível. Houve sentença julgando a ação

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

procedente e a demanda encontra-se aguardando julgamento de recurso de apelação. O valor envolvido nesta demanda somente poderá ser apurado de acordo com a decisão final.

***Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais.***

A ocorrência de mudanças climáticas relevantes, tais como inundações e erosões, causados pelo aumento de chuvas ou de outros agentes erosivos, podem demandar novos investimentos além dos planejados pela Companhia. O aumento significativo do nível de chuvas em determinada região pode acarretar em desmoronamentos, deslizamentos e quedas de barreiras, com a consequente interdição de pistas. A ocorrência de tais fenômenos pode resultar na redução do tráfego nos trechos atingidos e/ou na dificuldade da utilização adequada das pistas, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Além disso, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento não planejado nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se satisfatoriamente a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade de suas rodovias e serviços face às condições climáticas adversas e dos danos provocados em decorrência da alteração dessas condições, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

**b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:**

A Companhia não possui fatores de risco relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de acionistas.

**c) Com relação aos acionistas da Companhia:**

A Companhia possui um plano de negócio que lhe permite cumprir o objeto social com regularidade, notadamente em razão da capacidade de geração de caixa e endividamento, sem a previsão de outros recursos advindo dos seus acionistas, diretos ou indiretos, não obstante um dos acionistas indiretos da Companhia esteja em processo de recuperação judicial.

**d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:**

A Companhia não possui empresas controladas.

**e) Com relação aos fornecedores da Companhia:**

A Companhia está exposta a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades.

Atualmente, a Companhia terceiriza parcela considerável de certas atividades, podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o resultado financeiro da Companhia poderá ser adversamente afetado.

**f) Com relação aos clientes da Companhia:**

A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Desde a implementação dos programas de concessão de rodovias, a cobrança de tarifas, que anteriormente ocorria em poucas estradas brasileiras, tem aumentado. Em decorrência da disseminação da cobrança de pedágios, houve um aumento nas reações negativas por parte dos usuários, que envolveram, inclusive,

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

bloqueio de estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários do pagamento de pedágio. Esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio, assim como podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

***A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao volume de tráfego.***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 97,5% da receita bruta da Companhia (excluindo a receita de serviços de construção) decorreu das tarifas de pedágio, cujo volume é diretamente dependente do número de veículos de carga e de passeio que transitam pelas rodovias administradas pela Companhia e da frequência com que eles viajam. Diversos fatores poderiam causar a redução do tráfego de veículos pelas rodovias da Companhia, dentre os quais: redução da atividade econômica, aumento da inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou das tarifas de pedágio, a criação de novas opções de transporte e restrições de mobilidade decorrente também de questões sanitárias. Tal efeito poderia ser também observado como consequência da redução no comércio em geral, que levasse ao uso reduzido de veículos comerciais. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de adaptar as suas operações no caso de alterações abruptas no volume do tráfego e receita dos pedágios, o que pode afetar negativamente os seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

**g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:**

***Os negócios da Companhia podem ter sua condição financeira e resultados operacionais afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou de redução de tarifas, sejam implementados com atraso ou não gerem tempestivamente um aumento do fluxo de caixa da Companhia.***

O Contrato de Concessão estabelece um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o qual possibilita a Companhia e o Poder Concedente buscarem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevistas na época da assinatura do contrato de concessão. A Companhia terá que confiar nesse mecanismo no caso de: (i) modificação unilateral do contrato de concessão pelo Poder Concedente; (ii) caso fortuito ou força maior, nos termos do contrato de concessão; (iii) ocorrência de eventos excepcionais causadores de significativas alterações nos mercados financeiro e cambial, que resultem em alterações substanciais nas projeções financeiras adotadas pela concessionária; ou (iv) alterações normativas de caráter específico, que tenham impacto significativo e direto sobre as receitas de pedágio ou sobre os custos relacionados aos serviços vinculados à exploração da concessão ajustes no contrato de concessão. Tais ajustes podem resultar na prorrogação ou redução do prazo da concessão, revisão extraordinária da tarifa de pedágio, ou combinação das modalidades anteriores. Ademais, poderão ser adotadas outras medidas, como o ajuste no cronograma de investimentos, ressarcimento direto da ARTESP, compensação com ônus variável, utilização do ônus fixo, emprego de verbas do tesouro, ou a combinação dos referidos mecanismos de compensação, desde que definido de comum acordo entre a ARTESP e a Companhia.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente, de forma que a Companhia não pode garantir que o equilíbrio econômico-financeiro será reestabelecido. Além disso, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, seja por meio de alteração do prazo da concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, ou compensação direta por parte do Poder Concedente, seja por meio da combinação destas alternativas, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

***O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis às concessões da Companhia. Assim, é possível que a Companhia tenha de se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.***

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de pedágio de acordo com o previsto no Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis à Concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar dos usuários das rodovias. A Companhia pode ter sua condição financeira e os seus resultados operacionais afetados adversamente caso (i) os seus custos aumentem ou suas receitas diminuam significativamente, (ii) tenha de efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou (iii) ocorram medidas unilaterais, por parte dessas autoridades, a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Se os custos da Companhia aumentarem ou suas receitas diminuam significativamente ou caso ela tenha de efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou ainda como resultado de medidas unilaterais, por parte dessas autoridades, de modo que a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Ademais, o Poder Concedente possui a função de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Concessão. Caso sejam apurados descumprimentos das obrigações contratuais e/ou regulamentares quanto ao objeto da concessão, poderão ser aplicadas diversas penalidades a Companhia, incluindo multas pecuniárias. No curso ordinário das atividades da Companhia já foram aplicadas pelo Poder Concedente multas e outras obrigações.

***A redução do tráfego de veículos decorrente de mudanças adversas nas condições econômicas, bem como o aumento do preço dos combustíveis, inclusive em decorrência do aumento da inflação, de taxas de juros e de crises externas, pode afetar adversamente os resultados da Companhia.***

Os negócios da Companhia dependem da quantidade e da frequência de veículos comerciais e de passeio que trafegam em suas rodovias. A redução do tráfego pode decorrer da desaceleração da atividade econômica bem como do aumento do preço dos combustíveis. Fatores macroeconômicos, tais como (a) eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil que force o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, (b) a taxas de juros mais elevadas, (c) eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e (d) eventual desaceleração da economia global ou de parceiros comerciais do Brasil podem trazer impacto negativo para a economia brasileira. A retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias, afetando direta e negativamente os resultados da Companhia. Destaca-se que reduções de tráfego não são consideradas para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, sendo o risco assumido pela Companhia nos termos do Contrato de Concessão.

Adicionalmente, o nível de tráfego em determinada rodovia também é influenciado por sua integração com outras partes dos sistemas rodoviários federal, estadual e municipal, bem como com outras malhas rodoviárias que não estão sob administração e controle da Companhia. A redução do tráfego de veículos, seja pela queda do desempenho da economia, ou pelo aumento do preço dos combustíveis, dentre outros fatores, poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

***As receitas da Companhia e a sua participação no mercado poderá ser negativamente afetada em razão de um aumento da concorrência no setor de atuação da Companhia ou do desenvolvimento de outros sistemas de transporte.***

Os principais concorrentes da Companhia são as rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes no setor de concessão de

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

rodovias. Muitas rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, não cobram pedágio e, conseqüentemente, desviam parte do tráfego das rodovias operadas pela Companhia. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a provocar a elevação das despesas realizadas pelas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo as margens praticadas. Assim o aumento da concorrência por parte do setor público ou do setor privado poderá resultar na diminuição do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia ou de suas margens, impactando seu resultado de forma adversa.

Além disso, a Companhia está sujeita à competição de outros sistemas de transporte coletivo, como o ferroviário e o aéreo, podendo o aumento da utilização desses meios de transporte afetar negativamente o tráfego nas vias pedagiadas da Companhia, e, conseqüentemente, reduzir sua receita operacional.

***As rodovias administradas pela Companhia estão localizadas no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão afetar a Companhia significativamente.***

As atividades da Companhia localizam-se no Estado de São Paulo, tendo sido o contrato de concessão celebrado com o governo do Estado de São Paulo. Dessa forma, cabe à ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental ou pelo Estado de São Paulo poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, o seu resultado operacional. Não é possível garantir que a Companhia terá êxito nas negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de eventuais ações governamentais.

***Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.***

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação. Embora as tarifas estejam sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação, tais reajustes, em geral, somente podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95, a Lei do Plano Real e o Contrato de Concessão. Portanto, se a inflação for bastante elevada e não formos capazes de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro mecanismo apropriado, nossos resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa poderiam ser afetados adversamente.

#### **h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:**

***A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão, fazendo com que Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.***

A principal atividade comercial da Companhia, qual seja a operação, exploração, manutenção e melhoria de rodovias e pontes, é um serviço público delegado à iniciativa privada por meio de um Contrato de Concessão firmado com Poder Concedente, estando, portanto, a Companhia sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis à Concessão, incluindo regras de fiscalização e aplicação de multas e outras sanções. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista nos contratos, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar os resultados da Companhia adversamente. Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pelas decisões dos governos federal, estaduais e municipais com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessões de rodovias, limitar a sua capacidade de crescer e implementar a sua estratégia comercial. A Companhia não pode assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medida tais ações poderão afetar seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

***A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos de saúde e de segurança que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores despesas com investimentos de capital.***

A Companhia está sujeita a ampla legislação federal, estadual e municipal relativa à da saúde e da segurança. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades desenvolvidas pela Companhia. A aprovação de leis e regulamentos referentes à proteção à saúde e à segurança pode acarretar investimentos substanciais por parte da Companhia, causando um efeito material adverso sobre a condição financeira da Companhia, os seus negócios e os seus resultados operacionais. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

***A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.***

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que sujeitam a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para determinadas atividades que desenvolve, bem como à observância de diversos padrões ambientais no decorrer de suas operações. O cumprimento da legislação ambiental aplicável às atividades da Companhia, bem como das condições e obrigações ambientais pactuadas nos contratos de concessão são fiscalizados por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas e disposições contratuais. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas pecuniárias de valor elevado, a suspensão e revogação de licenças, a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia, e até mesmo a imposição de embargo e demolição de obras.

As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou nos impactos ambientais das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças e autorizações necessárias, pode exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos, incrementando o valor dos investimentos já planejados. Tais alterações podem ter efeito material adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia e sobre seus resultados.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, na hipótese de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados, ou o pagamento de indenização, quando a

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

reparação do dano não for possível. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia e/ou inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

As atividades da Companhia podem estar localizadas em zonas ou regiões que apresentam relevante interesse ambiental e cultural, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas. Ademais, a operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de ordenamento territorial, bem como às restrições impostas pela criação de espaços territorialmente protegidos, podendo resultar, por exemplo, em conflitos de compatibilidade com unidades de conservação, acarretando no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das atividades da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente pela prevenção, identificação e remediação de áreas que venham a ser contaminadas em decorrência do derramamento de substâncias danosas ao meio ambiente transportadas nas rodovias administradas pela Companhia. As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais e demais autoridades envolvidas no processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia. A inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que a Companhia assumiu por meio de termos de ajustamento de conduta, acordos judiciais e extrajudiciais, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia.

##### **i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua:**

Não aplicável, pois a Companhia não atua em outros países.

##### **j) Com relação a questões socioambientais:**

###### ***A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.***

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil, tendo pouco mais de dez anos. Desde a implementação dos programas de concessão de rodovias, a cobrança de tarifas, que anteriormente ocorria em poucas estradas brasileiras, tem aumentado. Em decorrência da disseminação da cobrança de pedágios, houve um aumento nas reações negativas por parte dos usuários, que envolveram, inclusive, bloqueio de estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários do pagamento de pedágio. Esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio, assim como podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

###### ***A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.***

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que sujeitam a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para determinadas atividades que desenvolve, bem como à observância de diversos padrões ambientais no decorrer de suas operações. O cumprimento da legislação ambiental aplicável às atividades da Companhia, bem como das condições e obrigações ambientais pactuadas nos contratos de concessão, é

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas e disposições contratuais. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas pecuniárias de valor elevado, a suspensão e revogação de licenças, a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia e até mesmo a imposição de embargo e demolição de obras. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou nos impactos ambientais das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças e autorizações necessárias, pode exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos, incrementando o valor dos investimentos já planejados. Tais alterações podem ter efeito material adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia e sobre seus resultados.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, na hipótese de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados, ou o pagamento de indenização, quando a reparação do dano não for possível. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia e/ou inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

As atividades da Companhia podem estar localizadas em zonas ou regiões que apresentam relevante interesse ambiental e cultural, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas. Ademais, a operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de ordenamento territorial, bem como às restrições impostas pela criação de espaços territorialmente protegidos, podendo resultar, por exemplo, em conflitos de compatibilidade com unidades de conservação, acarretando no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das atividades da Companhia. Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais e demais autoridades envolvidas no processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia. A inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que a Companhia assumiu por meio de termos de ajustamento de conduta, acordos judiciais e extrajudiciais, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia.

***Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais. Inclusive, as rodovias da Companhia estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.***

A ocorrência de mudanças climáticas relevantes, tais como inundações e erosões, causados pelo aumento de chuvas ou de outros agentes erosivos, podem demandar novos investimentos além dos planejados pela Companhia. Além disso, as rodovias da Companhia passam por algumas áreas que estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. O aumento significativo do nível de chuvas em determinada região pode acarretar desmoronamentos, deslizamentos e quedas de barreiras, com a consequente interdição de pistas. A ocorrência de tais fenômenos pode resultar na redução do tráfego nos trechos atingidos e/ou na dificuldade da utilização adequada das pistas, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Além disso, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento não planejado nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se satisfatoriamente a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade de suas rodovias e serviços face às condições climáticas adversas e dos danos provocados em decorrência da alteração dessas condições, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

**4.2 - Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos:**

### Principal Fator de Risco

#### *Término da Concessão*

Em 19 de agosto de 2022, por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 26, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 291 dias (a partir de 13 de julho de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de abril de 2023.

Em 14 de outubro de 2022 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, a ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que declara a licitante vencedora dessa concorrência pública, para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário lote noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia, cujo leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp, com decisão judicial obstando, de forma liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública (TJ/SP), o ato de homologação da licitação e adjudicação da concorrência do Lote Noroeste.

Em 01 de dezembro de 2022 o Governo do Estado de São Paulo homologou a licitação do lote Noroeste Paulista referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que contempla o sistema rodoviário administrado pela Companhia, em leilão na sede da B3, em São Paulo. Após a homologação, o grupo vencedor foi convocado em 13 de dezembro de 2022, via publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para adotar os procedimentos para a assinatura do contrato de concessão.

Em 12 de abril de 2023 foi assinado o Contrato de Concessão referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022 (vide nota explicativa 1) entre a licitante vencedora e o Estado de São Paulo, por intermédio da SPI - Secretaria de Parcerias em Investimentos (“Poder Concedente”), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial (“Data da Assunção”), do Sistema Rodoviário Lote Noroeste, composto pelos trechos rodoviários atualmente operados pela controlada Triângulo do Sol e outras.

A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente, no entanto, o Contrato de Concessão terminou no dia 30 de abril de 2023.

A Companhia retornou ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão ocorreu sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado em função de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, mudanças adversas na política econômica, em taxas de juros, inflação (índices de preços) e taxas de crescimento (PIB).

***A inflação e os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia***

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação:

- i. medida pelo Índice Geral de Preços Mercado (“IGP-M”) foi de 17,79% e 5,45% em 2021 e 2022 respectivamente;
- ii. medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) foi de 10,06% e 5,79% em 2021 e 2022, respectivamente.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa.

***Exposição a riscos de taxas de juros***

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram consideradas reduções de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures com partes relacionadas e aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2022;
- Cenário II: redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022;
- Cenário III: redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022.

Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável (i)	Cenário 25% (ii)	Cenário 50% (iii)
Variação do CDI (a)	-	13,42%	10,07%	6,71%
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas – CDI	208.632	27.173	20.389	13.598
Debêntures ativas – CDI	107.712	16.465	10.841	7.228
Exposição líquida	316.344	43.638	31.230	20.826
Redução nas receitas financeiras em relação ao cenário base	-	-	(12.408)	(22.812)

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2022

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

FR 2022/2023 (ano atual)

**Seção 4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:**

As provisões para contingências são contabilizadas pela Companhia de acordo com a deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas. Em observância ao referido pronunciamento, a Companhia constitui provisão para os processos cuja estimativa de perda é provável.

A Companhia é parte em processos administrativos (de natureza sancionatória) e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (exceto trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas (inclusos administrativos) e tributários (inclusos administrativos).

A Administração constituiu, com base na opinião dos advogados responsáveis pelos casos, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações.

Em complemento a análise com a classificação de perda ou êxito, conforme o caso, a Companhia apresenta abaixo os processos considerados relevantes por valor (maior do que R\$12MM), independentemente da sua classificação de probabilidade. O critério de relevância adotado pela companhia para divulgação dos processos descritos abaixo levou em conta os valores de tais casos e a capacidade de impactar de forma significativa o caixa da Companhia e/ou outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor.

##### Processos Tributários – Contingência Passiva

PROCESSO: 5000231-21.2022.4.03.6120	
d. Partes no processo*	Autor: Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$101.228.174
f. Principais fatos	Ação declaratória c/c repetição de indébito que objetiva o reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021, para todos os efeitos de apuração do IRPJ e da CSL, reconhecendo-se ainda a validade das amortizações que serão realizadas após o ajuizamento da presente demanda. Adicionalmente, pede a repetição dos valores indevidamente recolhidos nos autos do processo administrativo - PA n. 15746.722901/2021-42 e que a Ré se abstenha da prática de qualquer ato cobrança ou qualquer outra constrição relativa a qualquer diferença de IRPJ e CSL referente aos quatro trimestres de 2018 a 2021.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Distribuída a inicial com a juntada do comprovante de depósito. Em 16/03/22 a União apresentou contestação. Em 15/06/22 praticado ato ordinário intimando as partes para especificar as provas que pretendem produzir. Especificação de provas em 11/08/22. Em 01/02/2023, autos conclusos para despacho desde 15.8.2022.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

h. estágio do processo	Conhecimento
i. se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de condenação, o valor depositado judicialmente será revertido em renda para a União.

<b>PROCESSO: 0006629-16.2015.4.03.6120</b>	
a. Juízo	1ª Vara Federal de Araraquara
b. Instância	2ª
c. Data de instauração	16/07/2015
d. Partes no processo*	Autor: Triângulo do Sol Auto Estradas S.A. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$21.084.753,01
f. Principais fatos	Mandado de segurança visando afastar a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS sobre as receitas financeiras do Decreto nº8426/15 ou, subsidiariamente, garantir o direito à apuração do crédito de referidas contribuições sobre despesas financeiras.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O Mandado de Segurança foi distribuído em 16.07.2015, sendo publicada a decisão que concedeu a medida liminar pleiteada em 21.07.2015. Em 21.09.2015, houve sentença denegando a segurança concedida e extinguindo o feito com resolução de mérito. Foi interposta apelação pela Companhia, a qual foi julgada improcedente. Houve a interposição de recursos pela Companhia aos tribunais superiores, tendo apenas o Recurso Extraordinário sido admitido. Os autos encontram-se sobrestados, enquanto aguarda decisão de instância superior do paradigma RE n.º 986.296/PR, conforme RES CJF 237/2013. Em 10.12.2020, o Supremo Tribunal Federal julgou o tema 939 de repercussão geral, nos autos do RE 1.043.313/RS que substituiu o leading case RE nº 986.296/PR, fixando a tese de que "é constitucional a flexibilização da legalidade tributária constante do § 2º do art. 27 da Lei nº 10.865/04, no que permitiu ao Poder Executivo, prevendo as condições e fixando os tetos, reduzir e restabelecer as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas. Em 30.11.2021, proferida decisão negando seguimento ao Em 30.11.2021, Recurso Extraordinário interposto pela empresa. Em 11.01.2022, interposto Agravo em Recurso Extraordinário pela empresa. Em 13.12.2022, apresentada petição pela empresa requerendo a homologação da desistência da ação mandamental. Atualmente, aguarda a homologação da desistência e a remessa dos autos à origem.
h. estágio do processo	Recursal - conhecimento

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

i. se a chance de perda é: provável, possível ou remota	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor do litígio
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da ação os valores depositados em juízo serão convertidos em renda da União, não havendo desembolsos adicionais.

\*\*\*

## 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

### 4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4:

- **PROCESSO: 5000231-21.2022.4.03.6120:** não há provisão. A provisão é realizada apenas para processos com chance de perda provável.
- **PROCESSO: 0006629-16.2015.4.03.6120:** não há provisão. Conforme mencionado no item 4.4, em 13 de dezembro de 2022, a Companhia requereu em Agravo em Recurso Extraordinário, a desistência da ação mandamental originária, bem como do Agravo no referido Recurso Extraordinário, com a consequente conversão dos depósitos judiciais realizados em renda em favor da União Federal, e a extinção do crédito tributário, nos termos do art. 156, VI, do Código Tributário Nacional.

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

FR 2022/2023 (ano atual)

**Seção 4.6 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:**

Ação Declaratória movida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) e pelo Estado de São Paulo que discute a possibilidade de invalidação do Termo Aditivo e Modificativo nº 16 ao Contrato de Concessão, celebrado entre a Companhia e a ARTESP em 21/12/2006 (“TAM 16”), cujo objeto é prorrogação do prazo da concessão em 37 (trinta e sete) meses, passando de 240 (duzentos e quarenta) meses para 277 (duzentos e setenta e sete) meses. O processo tramita sob o número 1042071-50.2014.8.26.0053, em segredo de justiça na 4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, e possui classificação de perda possível.

Houve sentença julgando a ação procedente e a demanda encontra-se aguardando julgamento de recurso de apelação.

O valor envolvido nesta demanda somente poderá ser apurado de acordo com a decisão final.

Não existem outros processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.6 acima.

\*\*\*

## 4.7 Outras contingências relevantes

FR 2022/2023 (ano atual)

### Seção 4.7 - Descrever outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores

#### (a) Administrativos Outros (exceto trabalhista ou tributário)

A Companhia possui discussões de natureza administrativa sancionatória, que em sua maioria refletem autuações lavradas pelo Poder Concedente, em razão dos termos e condições do contrato de concessão.

#### (b) Cíveis

A Companhia é parte em ações que, em sua maioria, envolvem pleitos indenizatórios promovidos **pelos** usuários das rodovias administradas pela Companhia. Em tais casos, muitas vezes, tem sido aplicada a teoria da responsabilidade objetiva, o que é combatido pela Companhia dentro do devido processo legal.

Além destes processos, a Companhia é parte em ações de indenização por desapropriação indireta, em alegada inutilização da parte remanescente não desapropriada ou em razão da proximidade da rodovia.

#### (c) Trabalhistas

A Companhia possui discussões de natureza trabalhista, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, de concorrentes ou outras pessoas jurídicas, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros.

\*\*\*

## **5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

**a) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B**

**b) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B**

**c) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B**

**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A administração da Companhia entende que não há deficiências significativas apontadas no relatório dos auditores independente sobre os controles internos que asseguram a elaboração das demonstrações financeiras. Desta forma considerando a relevância e necessidade de informar, não há itens relevantes e deficiências significativas a serem divulgadas neste formulário de referência.

**e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não há comentários dos diretores a respeito das deficiências apontadas no relatório dos auditores independentes sobre os controles internos que asseguram a elaboração das demonstrações financeiras.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Há um Código de Ética que estabelece os princípios que orientam as decisões e ações de acordo com a cultura de responsabilidade, legalidade, transparência e criação de valor de longo prazo para as partes interessadas e comunidades em geral.

O Código é parte integrante de um Sistema de Controle Interno e Gestão de Riscos (reavaliado semestralmente) mais abrangente. É uma ferramenta útil para criar e manter valores e integridade ao longo do tempo e consolidar a confiança e o espírito de equipe.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Atlantia S.p.A. — do qual o grupo AB Concessões pertence - alinhada às best practices internacionais e em plena conformidade com a regulamentação aplicável, implementou, a partir de 2003, um processo de coleta e gestão de denúncias, que ao longo dos anos evoluiu, o que deu origem aos seguintes pilares:

- descentralização dos processos de gestão de denúncias nas Sociedades Subsidiárias em benefício da oportunidade e eficácia das suas análises;
- exclusividade dos canais de denúncias e Órgãos responsáveis pela análise das denúncias;
- fornecimento de mecanismos comuns para interceptar e gerenciar quaisquer conflitos de interesses no processo de gestão das denúncias;
- atribuição, sem prejuízo da colegialidade do Comitê de Ética, de papel de destaque à função do *Auditor Interno* de cada sociedade na gestão do processo, desde o recebimento da denúncia até a realização da investigação
- relatórios periódicos para os Órgãos de Controle pelo menos semestralmente. Em específico: (a) relatório estatístico relativo ao total das denúncias recebidas; (b) relatórios detalhados inerentes às denúncias de maior relevância.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

### 5.3 Programa de integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética é dirigido aos membros dos órgãos de governança e controle, gerentes e empregados do grupo AB Concessões, a terceiros/parceiros de negócios (como fornecedores, consultores, representantes, parceiros comerciais, etc.), que trabalham na AB Concessões ou em nome e/ou no interesse do grupo AB Concessões.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Ética, a violação dos princípios e conteúdos do Código constitui uma violação das obrigações trabalhistas primárias ou uma infração disciplinar com consequências legais, incluindo a possível perda do emprego, dependendo da gravidade da infração. Também pode resultar em responsabilidade por danos decorrentes da própria violação.

Para todos os outros destinatários do Código de Ética, uma violação dos princípios e conteúdos do Código dará origem a recursos contratuais de acordo com as leis aplicáveis

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética adotado pelo grupo AB Concessões é o mesmo praticado pelas empresas do grupo Atlantia — do qual o grupo AB Concessões pertence — e encontra-se registrado eletronicamente sob nº 2.238.604 de 04/10/22 e averbado no registro nº 2.175.759 de 01/03/2019 no Livro de Registro B deste 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, também está disponível nos seguintes sites na Internet:

[http://www.abconcessoes.com.br/pt-BR/Codigo\\_Etica](http://www.abconcessoes.com.br/pt-BR/Codigo_Etica)

<https://www.atlantia.com/en/governance/ethics-and-legality/code-of-ethics>

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Há um órgão colegiado (Comitê de Ética) responsável pelo processo de gestão das denúncias, composto pelos gestores com as seguintes funções no grupo AB Concessões: Auditor Interno, Gerente de Recursos Humanos e Superintendente do Departamento Jurídico.

**ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

A fim de garantir a eficácia do processo de denúncia e fornecer acesso amplo e indiscriminado a todos aqueles que desejam fazer uma denúncia, o grupo AB Concessões disponibiliza uma pluralidade de canais alternativos para recebimento de manifestações, especificamente:

- acessível a todos os Denunciantes (Empregados, terceiros, etc.) no Canal de Denúncias (plataforma digital);
- e-mail, no endereço de e-mail: [comite.etica@abconcessoes.com.br](mailto:comite.etica@abconcessoes.com.br);

### 5.3 Programa de integridade

- correio físico no endereço AB Concessões, rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, 758, 12º. Andar, conjunto 122, São Paulo – Capital.
- sempre que possível, o uso do primeiro canal (plataforma digital) é preferível para o maior benefício da rastreabilidade total em relação à tomada e gestão no tempo da denúncia por parte do grupo AB Concessões bem como para fins de gestão de qualquer necessidade de diálogo entre o Comitê de Ética e o Denunciante.

#### **iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Sim. Embora denúncias anônimas sejam aceitas no grupo AB Concessões, o Grupo sugere que os denunciante prefiram as denúncias identificadas, para o benefício da rapidez e eficácia das investigações. Todo o pessoal do grupo AB Concessões, envolvido em várias funções na gestão das denúncias, é obrigado a garantir a confidencialidade da existência e do conteúdo da denúncia, bem como a identidade dos Denunciante (quando comunicados) e Denunciados.

#### **iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O COORDENADOR DO COMITÊ DE ÉTICA, representado pelo Auditor Interno, que dirige o end-to-end do processo de gestão das denúncias, do seu recebimento ao encerramento da investigação.

#### **c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não houve caso de desvio, fraude, irregularidade e ato ilícito praticado contra a administração pública nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022

#### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável

## **5.4 Alterações significativas**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AB Concessões SA</b>						
15.019.317/0001-47	Brasil			31/07/2015		
610.000	100,000	0	0,000	610.000	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
610.000	100,000	0	0,000	610.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AB Concessões SA</b>				<b>15.019.317/0001-47</b>		
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda</b>						
02.530.164/0001-56	Brasil	Sim		29/06/2012		
104.628	50,000	0	0,000	104.628	50,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Haulimau Empreendimentos e Participações</b>						
13.516.097/0001-31	Brasil	Sim		29/06/2012		
104.626	50,000	0	0,000	104.626	50,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AB Concessões SA</b>				<b>15.019.317/0001-47</b>		
209.254	100,000	0	0,000	209.254	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda				02.530.164/0001-56		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
14.910.438/0001-11	Itália			26/09/2013		
396.220.687	66,137	0	0,000	396.220.687	66,137	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Autostrade Holding do Sur S.A.						
10.935.316/0001-29	Chile			26/09/2013		
202.870.176	33,863	0	0,000	202.870.176	33,863	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda</b>				<b>02.530.164/0001-56</b>		
599.090.863	100,000	0	0,000	599.090.863	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Haulimau Empreendimentos e Participações</b>				<b>13.516.097/0001-31</b>		
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Cibe Participações e Empreendimentos S.A.</b>						
09.376.519/0001-43	Brasil			29/06/2012		
72.770.000	72,770	0	0,000	72.770.000	72,770	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Kandarpa Investimentos e Participações S.A.</b>						
11.868.592/0001-84	Brasil			29/06/2012		
27.230.000	27,230	0	0,000	27.230.000	27,230	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Haulimau Empreendimentos e Participações</b>				<b>13.516.097/0001-31</b>		
100.000.000	100,000	0	0,000	100.000.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.				14.910.438/0001-11	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Mundys S.p.A					
		Itália	01/03/2017		
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade Holding do Sur S.A.				10.935.316/0001-29		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Aero 1 & Global & International S.A.R.L						
Itália		29/11/2021				
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
14.910.438/0001-11		Itália 10/06/2009				
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Autostrade Holding do Sur S.A.</b>				<b>10.935.316/0001-29</b>		
1.000.001	100,000	0	0,000	1.000.001	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.				09.376.519/0001-43		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Heber Participações S.A.						
01.523.814/0001-73	Brasil			31/03/2014		
241.198.406	100,000	0	0,000	241.198.406	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
241.198.406	100,000	0	0,000	241.198.406	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Kandarpa Investimentos e Participações S.A.				11.868.592/0001-84		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.						
11.700.878/0001-56	Brasil		09/03/2015			
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Heber Participações S.A.</b>				<b>01.523.814/0001-73</b>		
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>BERF Participações S.A.</b>						
07.463.851/0001-10	Brasil		12/08/2011			
10.547.299	16,667	0	0,000	10.547.299	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>HORLOF Participações S.A.</b>						
09.352.093/0001-98	Brasil		12/08/2011			
10.547.299	16,667	0	0,000	10.547.299	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Heber Participações S.A.</b>				<b>01.523.814/0001-73</b>		
<b>JUFERB Participações S.A.</b>						
09.352.199/0001-91	Brasil			12/08/2011		
10.547.299	16,667	0	0,000	10.547.299	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>NTE Participações S.A.</b>						
09.420.237/0001-04	Brasil			12/08/2011		
10.547.299	16,667	0	0,000	10.547.299	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Heber Participações S.A.</b>				<b>01.523.814/0001-73</b>		
<b>REIVO Participações S.A.</b>						
03.370.190/0001-27	Brasil			12/08/2011		
10.547.299	16,667	0	0,000	10.547.299	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
63.283.794	100,000	0	0,000	63.283.794	100,000	
<b>VIAMAR Participações S.A.</b>						
09.352.086/0001-96	Brasil			12/08/2011		
10.547.299	16,667	0	0,000	10.547.299	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Carolina Tarallo						
287.994.948-33	Brasil		20/02/2017			
334	16,667	0	0,000	334	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Douglas Tarallo						
948.054.588-87	Brasil		20/02/2017			
334	16,667	0	0,000	334	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56		
<b>Geraldo José Tarallo</b>						
582.487.818-87	Brasil			20/02/2017		
334	16,667	0	0,000	334	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Maria Marisol Tarallo Leal</b>						
082.645.658-83	Brasil			20/02/2017		
334	16,667	0	0,000	334	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56		
<b>Rosemay de Fátima Tarallo</b>						
082.219.098-23	Brasil		20/02/2017			
334	16,667	0	0,000	334	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Sueli Aparecida Tarallo Libertini</b>						
025.054.818-65	Brasil		20/02/2017			
334	16,667	0	0,000	334	16,667	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
2.004	100,000	0	0,000	2.004	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Mundys S.p.A</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>BIP Hogan (LUX) SCSp</b>						
Luxemburgo			30/04/2023			
172.382.522	35,952	0	0,000	172.382.522	35,952	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>BIP-V Hogan (LUX) SCSp</b>						
Luxemburgo			30/04/2023			
8.982.607	1,873	0	0,000	8.982.607	1,873	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Mundys S.p.A</b>						
<b>Fondazione Cassa di Risparmio di Torino</b>						
	Itália			30/04/2023		
24.773.520	5,167	0	0,000	24.773.520	5,167	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Schema Alfa S.p.A.</b>						
	Itália			30/04/2023		
273.341.013	57,008	0	0,000	273.341.013	57,008	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
479.479.662	100,000	0	0,000	479.479.662	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BERF Participações S.A.				07.463.851/0001-10		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Juracy Frare Bertin						
061.826.398-57	Brasil		Sim	07/08/2012		
639.396.216	83,517	0	0,000	639.396.216	83,517	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Mario H. Frare Bertin						
174.079.598-97	Brasil			07/08/2012		
126.189.005	16,483	0	0,000	126.189.005	16,483	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BERF Participações S.A.</b>				<b>07.463.851/0001-10</b>		
765.585.221	100,000	0	0,000	765.585.221	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HORLOF Participações S.A.				09.352.093/0001-98		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Hossland Investments LLP						
	Grã-Bretanha (Reino Unido, UK)			18/09/2012		
765.582.222	100,000	0	0,000	765.582.222	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Nikolas Ferreira dos Santos						
221.257.778-86	Brasil			18/09/2012		
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HORLOF Participações S.A.				09.352.093/0001-98		
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JUFERB Participações S.A.				09.352.199/0001-91		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Metropolitan II ASSETS LLC						
Estados Unidos				11/12/2018		
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NTE Participações S.A.				09.420.237/0001-04		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Cleonice Espelho Verona Bertin						
094.935.948-31	Brasil			16/07/2007		
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
João Bertin Filho						
711.616.358-15	Brasil		Sim	10/06/2009		
765.582.220	100,000	0	0,000	765.582.220	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>NTE Participações S.A.</b>				<b>09.420.237/0001-04</b>		
765.582.221	100,000	0	0,000	765.582.221	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
REIVO Participações S.A.				03.370.190/0001-27	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Maria Ivone Prado Bertin					
253.227.598-75	Brasil			19/12/2014	
2.964.085	6,354	2.964.085	6,354	5.928.170	6,354
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Reinaldo Bertin					
269.958.678-15	Brasil			19/12/2014	
43.685.287	93,646	43.685.287	93,646	87.370.574	93,646
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					

**6.1 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>REIVO Participações S.A.</b>				<b>03.370.190/0001-27</b>		
46.649.372	50,000	46.649.372	50,000	93.298.744	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Schema Alfa S.p.A.</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
	Itália			16/06/2015		
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VIAMAR Participações S.A.				09.352.086/0001-96		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Fernando Antonio Bertin						
001.854.238-76	Brasil		Sim	30/03/2009		
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
		Itália	24/09/2021			
3.000.000	25,000	0	0,000	3.000.000	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Proposta S.r.l.</b>						
		Itália	07/06/2022			
3.000.000	25,000	0	0,000	3.000.000	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Edizione S.r.l.</b>						
<b>Regia S.r.l.</b>						
	Itália			04/10/2019		
3.000.000	25,000	0	0,000	3.000.000	25,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Ricerca S.p.A.</b>						
	Itália			26/07/2022		
3.000.000	25,000	0	0,000	3.000.000	25,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
12.000.000	100,000	0	0,000	12.000.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Carlo Bertagnin Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
700.000	10,000	0	0,000	700.000	10,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Daniela Bertagnin Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
700.000	10,000	0	0,000	700.000	10,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
<b>Franca Bertagnin Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
700.000	10,000	0	0,000	700.000	10,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Giuliana Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
4.200.000	60,000	0	0,000	4.200.000	60,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Evoluzione S.p.A.</b>						
<b>Paola Bertagnin Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
700.000	10,000	0	0,000	700.000	10,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
7.000.000	100,000	0	0,000	7.000.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Proposta S.r.l.</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Andrea Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
2.100.000	25,000	0	0,000	2.100.000	25,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Christian Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
2.100.000	25,000	0	0,000	2.100.000	25,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Proposta S.r.l.</b>						
<b>Leone Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
2.100.000	25,000	0	0,000	2.100.000	25,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Massimo Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
2.100.000	25,000	0	0,000	2.100.000	25,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
8.400.000	100,000	0	0,000	8.400.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Regia S.r.l.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Fondazione di Famiglia B. Benetton						
	Itália			16/06/2015		
2.860	0,010	0	0,000	2.860	0,010	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Maria Laura Pasquotti						
	Itália			16/06/2015		
14.297.140	49,990	0	0,000	14.297.140	49,990	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Regia S.r.l.</b>						
<b>Sabrina Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
14.300.000	50,000	0	0,000	14.300.000	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
28.600.000	100,000	0	0,000	28.600.000	100,000	

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Ricerca S.p.A.</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Alessandro Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
612.500	12,500	0	0,000	612.500	8,750	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>Luciano Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
3.185.000	65,000	1.365.000	65,000	4.550.000	65,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Ricerca S.p.A.</b>						
<b>Mauro Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
367.500	7,500	245.000	11,667	612.500	8,750	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Rocco Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
367.500	7,500	245.000	11,667	612.500	8,750	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Ricerca S.p.A.</b>						
<b>Rossella Benetton</b>						
	Itália			16/06/2015		
367.500	7,500	245.000	11,667	612.500	8,750	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
4.900.000	70,000	2.100.000	30,000	7.000.000	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

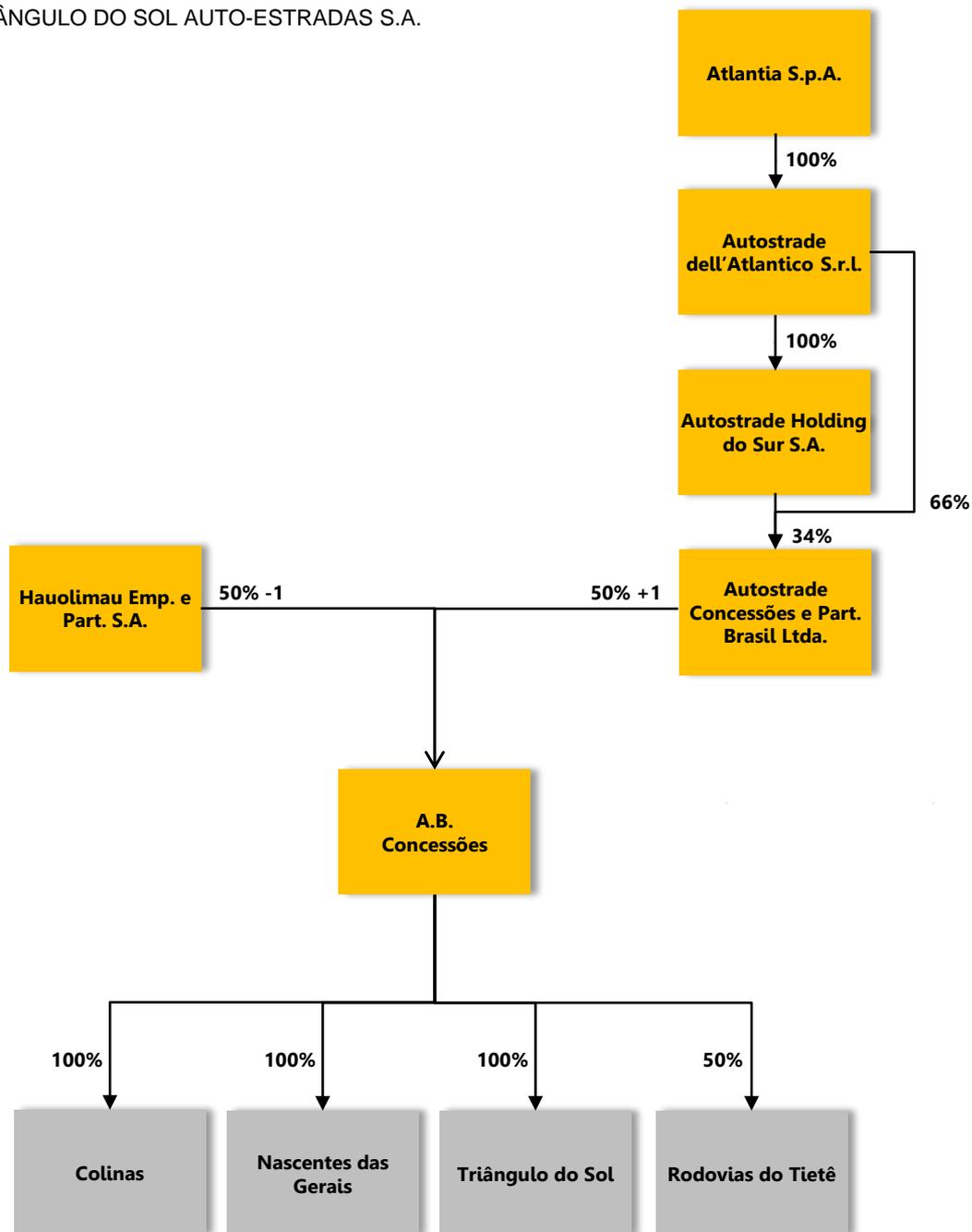
#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	610.000	100,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	610.000	100,000%

## **6.4 Participação em sociedades**

Documento ainda não preenchido!



## **6.6 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## **7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal**

### **7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:**

**e.** se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável.

**f.** papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Não aplicável.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	8
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	8
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

## **7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

**Nome:** Alexandre Tujisoki **CPF:** 051.364.688-40 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 29/08/1967

**Experiência Profissional:** (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em julho de 2021 da concessionária Rodovias das Colinas S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo, cargo que ainda ocupa; (ii) Diretor Financeiro reeleito em julho de 2021 da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades, cargo que ainda ocupa; (iii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em julho de 2021 da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo, cargo que ainda ocupa; (iv) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em julho de 2021 da concessionária da Rodovia MG-050 S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais mediante concessão na modalidade patrocinada, cargo que ainda ocupa; (v) membro do Conselho de Administração reeleito em março de 2015 da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo, cargo que ainda ocupa. O Sr. Alexandre Tujisoki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em 30 de julho de 2021 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	30/07/2021	2 anos	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/07/2023	Sim	

**Nome:** ALMIR BITTENCOURT PACELI JUNIOR **CPF:** 383.381.648-10 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/05/1990

**Experiência Profissional:** Iniciou sua carreira na construção civil, atuando em construtora voltada para infraestrutura. Nos últimos 9 anos em concessões de serviço público como: (i) como diretor da empresa Águas de Itu, concessionária de saneamento da cidade de Itu/SP; (ii) em 2015 migrou para o seguimento de Concessão Rodoviária, assumindo a diretoria da Concessionária SPMAR, onde permanece atuando a frente da companhia; (iii) membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, Companhia cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iv) membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (v) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (vi) membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Almir Bittencourt Paceli Junior foi eleito como membro do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022 e declarou, para todos os fins de direito que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	20 - Presidente do Conselho de Administração	21/02/2022	Sim	

**Nome:** ENRICA MARRA **Passaporte:** YB4414978 **Nacionalidade:** Itália **Profissão:** Administradora de Empresas **Data de Nascimento:** 17/01/1986

**Experiência Profissional:** (i) Membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (ii) membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) Membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Sra. Erica Marra, membro do Conselho de Administração eleita em 21 de fevereiro de 2022 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/02/2022	Não	21/02/2022

**Nome:** José Renato Ricciardi **CPF:** 036.616.398-11 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 17/08/1962

**Experiência Profissional:** (i) Diretor Presidente reeleito em julho de 2021 da concessionária Rodovias das Colinas S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo (ii) Diretor Presidente reeleito em julho de 2021 da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) Diretor Presidente reeleito em julho de 2021 da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) Diretor Presidente reeleito em julho de 2021 da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) membro do Conselho de Administração, de abril de 2009 a maio de 2012, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; e (vi) Vice-Presidente, desde 2002, da ABCR – Associação Brasileira de Concessões de Rodovias. O Sr. José Renato Ricciardi, Diretor Presidente reeleito em 30 de julho de 2021, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas à Diretoria	30/07/2021	2 anos	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/07/2023	Sim	

**Nome:** MARCELO DE AFONSECA E SILVA **CPF:** 004.171.698-17 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 16/06/1955

**Experiência Profissional:** Atua desde 2008 no segmento de Concessões Rodoviárias, quando ingressou: (i) na Acciona Rodovia do Aço, onde permaneceu como Diretor de Operações por quase 2 anos; (ii) integrou a diretoria da SPMAR no período entre fevereiro/2011 à Abril/2012; (iii) assumiu a diretoria do Grupo Arteris de 2012 à 2020; (iv) retorna a diretoria da SPMAR em Dezembro/2021; (v) membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, Companhia cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (vi) membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (vii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (viii) membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Marcelo de Afonseca e Silva foi eleito como membro do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022 e declarou, para todos os fins de direito que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/02/2022	Sim	

**Nome:** MARCO STOCCHI GRAVA **Passaporte:** YA5855988 **Nacionalidade:** Itália **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 16/06/1971

**Experiência Profissional:** (i) Membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (ii) membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) Membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Marco Grava, membro do Conselho de Administração eleito em 28 de outubro de 2022 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/09/2022	2	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/09/2022	Sim	30/09/2022

**Nome:** MICHELE LOMBARDI **Passaporte:** YA9089560 **Nacionalidade:** Itália **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/06/1973

**Experiência Profissional:** (i) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022, da concessionária Rodovias das Colinas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022 da AB Concessões S.A., cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) Gerente responsável pela América Latina da Autostrade per l'Italia, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estradas na Itália, desde janeiro de 2011; (vi) membro do Conselho de Administração da Autostrade Holding do Sur S.A. (Chile), companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na operação e exploração de estradas do Chile; (vii) Diretor Presidente da Sociedad Concesionaria de Los Lagos S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (viii) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Vespucio Sur S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (ix) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Costanera Norte S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (x) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria AMB S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (xi) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Litoral Central S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; O Sr. Michele Lombardi, membro do Conselho de Administração reeleito em 21 de fevereiro de 2022, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/02/2022	Não	29/06/2012

**Nome:** RAFAEL SILVEIRA E SILVEIRA **CPF:** 073.739.697-04 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 31/07/1975

**Experiência Profissional:** Membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, Companhia cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (ii) membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Rafael Silveira e Silveira foi eleito como membro do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022 e declarou, para todos os fins de direito que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	20 - Presidente do Conselho de Administração	21/02/2022	Sim	

**Nome:** Roberto Mengucci **Passaporte:** YA7824528 **Nacionalidade:** Itália **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/08/1961

**Experiência Profissional:** (i) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022, da concessionária Rodovias das Colinas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022 da AB Concessões S.A, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; e (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em fevereiro de 2022, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Roberto Mengucci, membro do Conselho de Administração reeleito em 21 de fevereiro de 2022, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/02/2022	Não	29/06/2012

**Nome:** Wendel da Silva Caleffi **CPF:** 271.306.078-82 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 03/05/1978

**Experiência Profissional:** Atuou como: (i) Gerente de Divisão no Banco do Brasil, com atribuições de gestão da carteira de ativos em operações de Project Finance; (ii) Diretor Financeiro e de RI da SPMAR, concessionária do trecho Sul do Rodoanel Mario Covas e na construção e exploração do trecho leste; (iii) assessor na transação de M&A das termelétricas Borborema e Maracanaú, vendidas para a Bolognesi Energia; (iv) assessor na reestruturação e alienação das UPI's do Grupo Infinity para Amerra Capital e Carval. Atualmente é (i) sócio da EXM Partners desde 2016, liderando as áreas de M&A e gestão Interina; (ii) membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, Companhia cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (v) membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Wendel da Silva Caleffi foi eleito como membro do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2022 e declarou, para todos os fins de direito que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2022	2 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/02/2022	Sim	

## 7.4 Composição dos comitês

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui Comitês.

## **7.5 Relações familiares**

Documento ainda não preenchido!

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

Documento ainda não preenchido!

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **7.8 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## **8.1 Política ou prática de remuneração**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 8.2 Remuneração total por órgão

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A remuneração da diretoria estatutária é paga pela controladora da Companhia. Vide item 8.19. O Conselho de Administração não é remunerado pela Companhia.

### **8.3 Remuneração variável**

Documento ainda não preenchido!

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

Documento ainda não preenchido!

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. Órgão**

Não aplicável

**b. Número total de membros**

Não aplicável

**c. Número de membros remunerados**

Não aplicável

**d. Data de outorga**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**e. Quantidade de opções outorgadas**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**g. Prazo máximo para exercício das opções**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**i. Valor justo das opções na data da outorga**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.7 Opções em aberto**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.8 Opções exercidas e ações entregues**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.10 Outorga de ações**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.11 Ações entregues**

Documento ainda não preenchido!

## **8.12 Precificação das ações/opções**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### **8.13 Participações detidas por órgão**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **8.14 Planos de previdência**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### **8.15 Remuneração mínima, média e máxima**

Documento ainda não preenchido!

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

**8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021	Exercício social encerrado em 31.12.2020
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho de Administração*	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

\* Os membros do Conselho de Administração da Companhia não recebem remuneração pelo exercício de suas atividades.

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

**8.19** - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

### a) Diretoria Estatutária

A remuneração da diretoria estatutária da Companhia foi paga pela holding controladora AB Concessões S.A., conforme quadro abaixo:

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	2022	2021	2020
<b>Controladores diretos e indiretos</b>	R\$ 2.736.499,44	R\$ 2.450.792,80	R\$ 2.915.508,28

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	2022	2021	2020
<b>Bônus</b>	R\$ 673.200,00	N/A	R\$ 576.200,00
<b>Outros</b>	N/A	N/A	N/A

Os valores pagos a títulos de bônus à diretoria estatutária foram definidos com base em métricas de curto e longo prazo.

### b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia não recebe nenhum tipo de remuneração.

## **8.20 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**9.1 / 9.2 Identificação e remuneração**

<b>Possui auditor?</b>	SIM		
<b>Código CVM</b>	418-9		
<b>Tipo auditor</b>	Nacional		
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG Auditores Independentes		
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0001-29		
<b>Período de prestação de serviço</b>	12/05/2022		
<b>Descrição do serviço contratado</b>	<p>Auditoria: execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.</p> <p>Revisão das Informações contábeis intermediárias: execução de serviços de revisão de informações contábeis intermediárias, com a finalidade de emitir um relatório de revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias, que contemple o balanço patrimonial em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três, seis e nove meses a findarem-se naquelas datas, incluindo as notas explicativas, de acordo com o CPC 21(R1).</p>		
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Auditoria e Revisão das Informações contábeis intermediárias: R\$ 230.659,56		
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável, pois não houve substituição do último auditor.		
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável, pois não houve substituição do último auditor.		
<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

**9.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes**

Não aplicável.

#### **9.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

### Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

### Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

### Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
TOTAL = 0	0	0	0

## **10.1 Descrição dos recursos humanos**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **10.2 Alterações relevantes**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### **10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **10.4 Relações entre emissor e sindicatos**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **10.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## **11.1 Regras, políticas e práticas**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Concessões S.A.	29/09/2012	107.712.000,00	107.712.000,00	107.712.000,00	Não há	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora					
<b>Objeto contrato</b>	Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros de 1,6448% ao ano (a partir de 15 de agosto de 2017 até a data de vencimento), que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de setembro de 2021. Em Assembleia Geral extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 09 de agosto de 2022, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2023.					
<b>Garantia e seguros</b>	Não há					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
AB Concessões S.A.	29/06/2012	649.000,00	649.000,00	649.000,00	Não há	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora					
<b>Objeto contrato</b>	Refere-se a prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados a contabilidade, assessoria jurídica, dentre outros. Os adiantamentos serão quitados com a prestação de serviços nos meses subsequentes.					
<b>Garantia e seguros</b>	Não há					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda	31/12/2021	887.000,00	887.000,00	887.000,00	Não há	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade Coligada					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de conservação e manutenção das rodovias					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Garantia e seguros</b>	Não há					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

## **11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

### **n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Não aplicável

### **o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Não aplicável

### **11.3 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**12.1 Informações sobre o capital social**

<b>Tipo Capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>	
<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Valor do capital</b>
02/12/2010		71.000.000,00
<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
610.000	0	610.000

## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

### **12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há valores mobiliários emitidos no Brasil.

## 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	0

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

**12.5.** Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no Brasil.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

## **12.9 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 13.0 Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**José Renato Ricciardi**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Alexandre Tujisoki**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## Declaração do diretor presidente

### Declaração – Diretor Presidente

O Diretor Presidente da Companhia declara que:

- a) reviu o formulário de referência
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 480, em especial aos artigos 15 a 20
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

---

**José Renato Ricciardi**

**Diretor Presidente**



Rua Marlene David dos Santos, 325  
Matão . SP . CEP 15991-360  
Tel. 16 3383 6300 . Fax: 16 3383 6363  
abtriangulodosol.com.br



## Declaração do diretor de relações com investidores

### Declaração – Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia declara que:

- a) reviu o formulário de referência
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 480, em especial aos artigos 15 a 20
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

---

**Alexandre Tujisoki**

**Diretor de Relações com Investidores**



Rua Marlene David dos Santos, 325  
Matão . SP . CEP 15991-360  
Tel. 16 3383 6300 . Fax: 16 3383 6363  
abtriangulodosol.com.br

